

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	08	2017	15h14min	76ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 76ª
(SEPTUAGÉSIMA SEXTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DEBATER SOBRE A FALTA DE CRECHES PÚBLICAS NO
DISTRITO FEDERAL.
DE 31 DE AGOSTO DE 2017.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Bispo Renato Andrade a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O Expediente lido vai à publicação.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 2.828, de 2017, de autoria do Deputado Chico Vigilante, a sessão ordinária de hoje, quinta-feira, 31 de agosto de 2017, último dia do mês de agosto, fica transformada em Comissão Geral para debater a falta de creches públicas no Distrito Federal, bem como das creches conveniadas.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	08	2017	15h14min	76ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	2

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Convido as senhoras e Srs. Deputados, bem como todos convidados, a participarem dessa Comissão Geral no plenário. Peço que sejam abertas a galeria, se houver gente querendo entrar na galeria, e o plenário para que os convidados possam participar.

Declaro suspensa a presente Comissão Geral.

(Suspensa às 15h18min, a comissão é reaberta às 15h32min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Ao dar as boas-vindas a todos os presentes, tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta Comissão Geral para debater a falta de creches públicas no Distrito Federal, bem como a situação das creches credenciadas, que é um verdadeiro sacrifício, por que não dizer uma via sacra que vocês enfrentam mês a mês para manter essas creches funcionando.

Convido a tomar assento à Mesa o Sr. Assessor da Secretaria de Educação do Distrito Federal, Fernando Antônio Medeiros de Campos Ribeiro; a Sra. Assessora da Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, Sissi Mara; a Sra. Vice-Presidente do Conselho de Entidades de Promoção e Assistência Social – CEPAS, nossa amiga, Roberta Fernandes; o Sr. Vice-Presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal, Fábio Felix.

Ainda estão por chegar o Diretor Jurídico do Sindicato dos Professores de Escolas Particulares, Rodrigo Pereira de Paula, bem como o Sr. Secretário de Estado de Fazenda do Distrito Federal, Wilson José de Paula, que me disse que se não viesse mandaria alguém. Eu gostaria de saber se o representante do Wilson já está presente? (Pausa.)

E o representante da Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, Sra. Leany Barreiros de Sousa Lima? Não chegou ainda? A Secretária Leany? (Pausa.)

O sentido desta Comissão Geral, e não é a primeira que nós estamos realizando – lembro-me que tivemos um momento em que vocês estavam numa situação bem complicada e fizemos uma comissão geral também com a presença do Secretário de Fazenda, do Secretário de Planejamento e do Secretário de Educação, para discutir praticamente a mesma situação que vocês estão vivendo hoje - é discutir dois temas: a questão das creches credenciadas que abrigam as crianças do Distrito Federal – e nós sabemos da dificuldade, cada dia fica mais difícil – bem como a falta de vagas nas creches do Distrito Federal.

No que tange à situação de falta de vagas em creches, em 2014 nós tivemos um investimento em construção e manutenção de creches de R\$ 104.462.988,78 (cento e quatro milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, novecentos e oitenta e oito reais e setenta e oito centavos). Ao todo, de 2011 a 2014, nós tivemos a construção e a conclusão de sessenta creches, que foram entregues, foram conveniadas com as entidades sociais do Distrito Federal, num investimento total de

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	08	2017	15h14min	76ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	3

R\$ 117.808.743,00 (cento e dezessete milhões, oitocentos e oito mil, setecentos e quarenta e três reais). Portanto, todos os processos de creche são anteriores a 2014.

E o porquê da dificuldade maior que existe hoje ainda? É que as crianças continuaram nascendo e vão continuar nascendo. Muito embora se diga que não tem inflação, a inflação continua no Distrito Federal. E quem vai ao mercado hoje sabe disso, especialmente na comida, que é a mais perniciosa que existe.

Eu tenho visitado algumas creches, creches conveniadas ou mesmo entidades que já tinham bens próprios e conveniaram, e a cada dia chego mais à conclusão de que vocês são candidatos a santos e santas porque é uma verdadeira missão de sofrimento o que vocês estão cumprindo, dada a situação. Vocês fazem tudo e não podem nada.

Nós temos uma situação agora do aumento, da disparada no preço da gasolina no Distrito Federal. Roberta, eu acho que esta é uma das questões que vocês têm que colocar no papel: cada vez que a gasolina aumentar, que aumente também aquela parte destinada à locomoção de vocês. Há dois meses vocês encontravam gasolina no valor de R\$ 2,99 (dois reais e noventa e nove centavos) e hoje ela já é de R\$ 4,06 (quatro reais e seis centavos), e vocês continuam com a mesma taxa anterior.

A questão da manutenção dos carros. Se você pegar um carro que tem rodado a vida toda sem nenhum tipo de manutenção, ele vai rodar com os pneus carecas e o Detran vai apreender. E o governo, que é quem paga os convênios, também não vai pagar para liberar os carros.

Estive na Ceilândia Sul visitando uma creche e até fiquei de voltar lá novamente porque estou tentando encontrar alguém que queira ajudá-los. Eles são conveniados, mas a verdade é que eles chegaram no limite, estando praticamente prontos para fechar, a Creche São Lucas. O número de crianças é grande. Eles ainda têm outro convênio firmado com a Secretaria de Assistência Social, porque atendem crianças que vêm do Acre para se tratarem em Brasília e que ficam hospedadas lá. Eu assisti, no dia em que estava lá, ao aniversário de um ano de uma mãe que estava naquele local. Foi comemorado com um bolo, um ano da presença dela nesse abrigo, que também é creche.

Temos outra situação que nunca é por demais lembrar. Eu me lembro muito de uma visita que eu fiz uma vez à Roberta e ao nosso querido padre Natale, lá nas Obras Assistências São Sebastião. O Natale era um italiano, que, infelizmente, já não está mais fisicamente aqui entre a gente. E qual era a grande reclamação do Natale? É que ele estava proibido, por exemplo, de, no aniversário das crianças ou num dia especial – Dia das Crianças –, fornecer um bolo de chocolate para aquelas crianças. Foi proibido. Isso me marcou muito, tanto é que eu passei a visitar lá constantemente. Outra reclamação que ele me apresentou também é que uma vez ele, também para comemorar um dia especial, resolveu fazer um almoço de camarão para as crianças e

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	08	2017	15h14min	76ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	4

foi punido por isso, porque não podia dar camarão para as crianças. Então são coisas assim. E a gente vem batendo, batendo, batendo, batendo para ver se resolve.

Eu tenho conversado com os integrantes do governo, Fernando, e tenho dito: eu quero ver o dia em que esses homens e mulheres abnegados aqui, que são verdadeiros missionários, resolverem dar um basta nisso. Eu vejo ali o Sr. Toninho, que é aposentado, mete a mão no bolso, na aposentadoria que ele tem, que não é tão generosa, para ajudar a sustentar. No dia em que eles resolverem – “Olha, vamos dar um basta nisso, não vamos mais cuidar disso, não” –, quem é que vai cuidar dessas crianças? Quem é, efetivamente, que vai cuidar daquelas crianças lá?

Porque ninguém está ali para ganhar dinheiro. Eu sou testemunha disso. Até porque, se vocês quisessem ganhar dinheiro, teriam montado escolas particulares, escolas privadas. Estariam cobrando as mensalidades e ganhando dinheiro. Vocês não fizeram isso. Vocês optaram pelo caminho, até por todos serem cristãos, de seguirem o cristianismo, efetivamente. Só que tudo tem limite, não é? Até Cristo teve um dia em que deu umas chicotadas em alguém. E eu acho que tem muita gente precisando de chicotada aí, para acordar para ver a realidade que vocês estão enfrentando e a dificuldade que vocês têm para atender essas crianças.

Portanto esse é o sentido desta comissão geral. Não será a única. Quero dizer para vocês que eu vou permanecer nessa missão, Roberta, de estar lado a lado com vocês, onde vocês precisarem, a qualquer momento, dividindo com vocês essa cruz pesada que vocês estão transportando, para ver se alivia um pouco o sofrimento.

Nós vamos ouvir agora os integrantes da Mesa, depois nós vamos abrir para o plenário, todo mundo vai falar no tempo estipulado aqui. Ao final, nós vamos encerrar dando encaminhamento para a nossa comissão geral.

Eu passo a palavra, neste momento, ao senhor representante da Secretaria de Educação, Fernando Antônio Medeiros de Campos Ribeiro. Você poderá falar daqui da mesa ou dali da tribuna, Fernando, como você achar melhor.

SR. FERNANDO ANTÔNIO MEDEIROS DE CAMPOS RIBEIRO – Meus cumprimentos a todos da Mesa, ao Deputado Chico Vigilante, que teve essa valiosa iniciativa de convocar esta comissão geral, a todos os presentes – os representantes das entidades, os interessados, os profissionais, os representantes também da comunidade que é beneficiária dessa atuação profissional e institucional das entidades.

Ontem já tivemos algumas reuniões, inclusive com alguns aqui estive junto em reunião que tivemos sobre esse tema. A palavra que eu trago é de tranquilização. Nós estamos num momento de mudança de modalidade legal da relação de parceria entre a Secretaria de Educação e as instituições. É natural, porque nós temos percalços na história dessa relação, do ponto de vista rotineiro, de várias coisas. Nos processos, em alguns momentos, se esbarra em determinadas morosidades, em incompreensão, em dificuldade de esclarecimento, em demandas em que às vezes há controvérsia sobre qual é a interpretação do que se exige, do que se cobra, do que é devido.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	08	2017	15h14min	76ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	5

Eu entendo isso perfeitamente até pela natureza do exercício da minha função de estar sempre diante dessa questão dos pleitos externos à Secretaria, mesmo que vocês não sejam externos no sentido estrito da palavra, porque, na verdade, vocês fazem parte de maneira articulada da nossa rede. Mas o fato é que, devido a toda uma experiência, por estarem todos calejados com relação a essas dificuldades, a esses desencontros, é natural que, num momento de transição mais ampla como esse em que temos um novo marco legal, em que temos um novo instrumento legal para demarcar essa relação de parceria, surjam dúvidas, surjam temores e que, pelo próprio processo dialogado – que eu sei que muitas vezes, apesar de se colocar como diálogo, certas horas é um diálogo que não fica satisfatório –, em todo campo onde os seres humanos tentam interagir, os desencontros façam parte do processo.

Então, nesse contexto todo, é natural que haja apreensão, é natural que surjam temores, que circulem versões ou até informações tidas como absolutamente verídicas e comprovadas – de que vai acontecer isso, não vai acontecer aquilo, que determinada coisa que está se esperando não vai ser desse jeito.

Mas o que nós queremos dizer é o seguinte: em primeiro lugar, essa parceria é fundamental. Vocês sabem muito bem que, diante do desafio que nós temos de garantir essa oferta para a comunidade, para a sociedade do Distrito Federal, dentro do próprio conceito da parceria entre o Estado e agentes que atuam em nome do Estado para viabilizar a consecução de políticas públicas, isso é fundamental. Vocês são braços da Secretaria.

Muitas vezes certas coisas, do ponto de vista de vocês como entidades que não são parte da estrutura burocrática, apesar de estarem conectados a ela, da lógica de quem, independentemente da finalidade que não é de lucro, embora vocês atuem dentro de uma lógica do setor privado, certos tempos e certos processos parecem absolutamente morosos e até em alguns momentos, quando não incompreensíveis, pouco razoáveis.

Mas, infelizmente, em certas horas o agente público, o gestor, representando o Estado, tem que atuar no meio dessa questão do referencial legal, que certas horas se impõe devido ao que o princípio da aplicação da lei diz com relação ao agente público, que ele tem que fazer o que a lei determina, mas ele não está autorizado a fazer o que a lei não determina, por pura interpretação. Além disso, os agentes, nas suas atuações – vocês sabem melhor do que eu em todo esse processo pelas interações que vocês têm tido –, muitas vezes flutuam em manifestações pessoais sobre os processos. Então acontece que surgem esses desencontros.

Mas o que a gente quer assegurar? Primeiro, essa parceria é vital, é reconhecida como isso. Segundo, em nenhum momento esse processo vai acontecer de maneira que a Secretaria não esteja atenta a evitar qualquer tipo de situação que gere alguma nebulosidade da situação de vocês, dessa mudança de marcha, que não é uma mudança basicamente só do ponto de vista referencial ou legal, mas não (*sic*) da relação da prestação de serviço, da interação e tudo mais que diz respeito a isso.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	08	2017	15h14min	76ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	6

Então nós temos uma urgência dessa mudança de referencial. Nós sabemos que a mudança está acontecendo com ajustes que precisam ser feitos. Acho que isso foi muito bem discutido em duas reuniões que ocorreram ontem à noite. Então já está muito claro e sinalizado, na palavra do Secretário com relação aos representantes das entidades que solicitaram a audiência, que foram recebidos, que tudo será feito no sentido de esses ajustes continuarem a ser realizados para que os pontos que ainda precisam ser equacionados o sejam. Não há nada do tipo impossível de ser ajustado, aperfeiçoado. E, com relação a esse temor de que possa haver algum prejuízo com relação à continuidade de repasses, à disponibilidade de recursos, a vocês ficarem em um horizonte de um tempo mais prolongado que o normal de receberem recursos, o que muitas vezes é insatisfatório para vocês, a secretaria vai envidar todos os esforços para que isso não aconteça.

Então, é importante que vocês saibam que o processo de qualquer tipo de pagamento não depende unicamente do órgão que tem a responsabilidade finalística daquela despesa, porque esse órgão é responsável por reconhecer, validar, providenciar empenho, solicitar pagamento, mas a responsabilidade dele se atém a este nível do processo. Há outro nível relacionado à disponibilidade orçamentária ou financeira que não depende nem da Secretaria de Educação, nem de nenhuma outra secretaria de governo que não seja, no caso orçamentário, a Secretaria de Planejamento Orçamento e Gestão, e a Secretaria de Fazenda, no caso do financeiro. Isso significa que há um processo de responsabilidade compartilhada, e, quando chega o cumprimento das responsabilidades de um, há a complementaridade a partir da atuação do outro, e, para cada atuação, há fatores que influenciam.

Então, em termos práticos, a Seplag tem planos burocráticos internos para fazer o desbloqueio, para ter a disponibilidade orçamentária. E a Fazenda tem os trâmites dela para disponibilizar o financeiro depois de solicitado esse recurso para pagamento, que diz respeito à existência de recursos disponíveis em caixa origem da arrecadação.

Então, isso tudo para dizer que muitas vezes parece que a secretaria não fez a parte dela, não está fazendo, mas ela já fez. E, ao mesmo tempo, não é que as outras secretarias não queiram fazer, mas, quando você tem toda essa gama de competências entrelaçadas, é sempre mais complexo. É como se você imaginasse, vamos dizer, aquelas questões familiares que, do ponto de vista da família mais ampla, entre irmãos, com questões a decidir que dizem respeito a gastos, mas envolvem irmão a, b, e c, são três cabeças, são três movimentos. Tudo isso tem de ser articulado para funcionar para, quando chegar ao final, ter a decisão de que irão gastar desta maneira este patrimônio que é da família etc. e tal.

Eu não vou me alongar nesta fala inicial, mas apenas quero dizer o seguinte: tenham tranquilidade. A Secretaria está junto com vocês neste momento. Vocês não estão à deriva. Não quer dizer que a gente não reconheça que, neste processo, há angústias, há momentos de interação e de informações que não são satisfatórias para

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	08	2017	15h14min	76ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	7

vocês, mas os desencontros não significam que, da nossa parte, haja falta de compromisso para que tudo ocorra sem nenhum tipo de ruído, de solução de continuidade com relação à transição.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu quero registrar a presença de estudantes e professores do Centro Educacional 03, de Brazlândia, que estão participando do programa Conhecendo o Parlamento sob a coordenação da Escola do Legislativo.

Vocês que estão aqui nas galerias, sejam bem-vindos ao Poder Legislativo do Distrito Federal. Vocês estão aqui assistindo ao funcionamento de uma comissão geral nesta Casa. O que é uma comissão geral? No dia de quinta-feira, a gente transforma a sessão plenária da Câmara Legislativa, sessão deliberativa, em comissão geral para debater assuntos de interesse da comunidade. E hoje nós estamos discutindo um assunto que é do mais alto interesse da sociedade em geral, que são as creches do Distrito Federal, as creches públicas e as conveniadas, bem como a falta de vagas nas creches do Distrito Federal.

Quero dizer para vocês que, a partir deste momento, para o pessoal que está no plenário, estão abertas as inscrições. O pessoal do Cerimonial vai passar para inscrever quem quiser se pronunciar ao final da fala dos integrantes da Mesa. Quero dizer também que tem um cafezinho ali, naquele canto, está naquela garrafa ali, a Francisca acabou de preparar, é um café da mais pura qualidade. Portanto, quem quiser tomar um cafezinho quente, ele está ali à disposição.

Quero registrar a presença da Irmã Ana Lucia Ferreira, Diretora da Creche São Judas Tadeu; do Sr. Valdemir José, Diretor do COCRIS – Coração de Cristo; do Sr. Higor Alvares, Diretor do Instituto Vitória Régia; da Sra. Taynara Cristina, do Jardim de Infância Menino Jesus; do Sr. Paulo César, do Instituto Integridade; da Sra. Adonacy Sândalo, da Casa Transitória de Brasília; da Sra. Vânia Denise de Sousa Gondim, do Centro de Convivência Sagrada Família. Depois eu registro as outras presenças.

Passo a palavra, neste momento, à Sra. Sissi Mara, representante da Secretaria de Desenvolvimento Social.

SRA. SISSI MARA – Boa tarde a todos e a todas presentes; boa tarde aos participantes que estão compondo a Mesa. Eu estou hoje em nome da nossa Secretária Adjunta, a Marlene. Fiquei escutando os nossos colegas e fiquei refletindo um pouquinho sobre o papel do desenvolvimento social diante das creches.

O que eu gostaria de trazer aqui é uma provocação, uma reflexão. Nós estamos vivendo esse momento de lutas pelas creches e, às vezes, quando estamos diante do poder público, acabamos tentando resolver o problema encontrando

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	08	2017	15h14min	76ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	8

alternativas para ele. Um dos problemas que eu estou vendo que está sendo levantado aqui é a questão da falta de vagas.

Há pouco tempo, foi lançado na mídia o Projeto de Lei nº 91, de 2015, que está trazendo novamente a proposta da creche domiciliar. Eu não sei se muitos de vocês já ouviram falar sobre a questão da mãe crecheira. A provocação que eu disse que queria trazer era essa. Será que esse também não seria um espaço para a gente refletir e analisar que, quando a gente está lutando por creche, a gente tem que lutar pela creche, mas como ela está constituída, como um direito para a criança que necessita dos cuidados na primeira infância, mas não permitir que sejam criados projetos que substituam isso? Porque a creche vai muito além da questão do cuidar da criança, e projetos como este, o Mãe Crecheira, visa muito mais a encontrar um local para se deixar a criança enquanto o pai e a mãe estão trabalhando do que realmente pensar no desenvolvimento daquela criança.

Inclusive o CDCA – Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente junto com o CAS – Conselho de Assistência Social lançaram um manifesto contra esse projeto, e eu gostaria de trazer essa provocação para que possamos lutar quanto a isso também. Nós temos que lutar aqui hoje é pela estruturação das creches, pela ampliação das vagas tanto das creches públicas quanto das conveniadas, mas não permitir que se criem coisas, programas similares com o simples objetivo de deixar a criança enquanto os pais precisam manter os seus compromissos.

Mas gostaria também de trazer uma reflexão sobre a questão do desenvolvimento social, da política de desenvolvimento social, da política de assistência social em relação às creches. Às vezes a gente ainda faz um pouquinho de confusão por conta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que está vinculado à política de assistência social. Às vezes as pessoas fazem uma confusão ainda maior porque muitas instituições parceiras, muitas entidades parceiras, que executam o serviço de convivência também executam o serviço de creche, aí as pessoas não conseguem diferenciar um serviço do outro.

Hoje no Distrito Federal o serviço de creche e a educação infantil estão totalmente vinculados à Secretaria de Educação, na Secretaria de Desenvolvimento Social o que nos cabe é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, mas isso não impede de lutar por esses direitos juntos, por isso a importância, sim, de hoje o desenvolvimento social estar compondo esta Mesa.

A gente sabe que a creche é um direito legítimo, um direito garantido pela Constituição Federal. Então, essa é uma luta legítima. Todavia acho que é importante a gente fazer essa diferenciação porque às vezes, na ânsia de cobrar pelos direitos, a gente acaba batendo na porta errada. E hoje inclusive os convênios, todos os convênios no Distrito Federal, já são executados pela Secretaria de Educação como o colega estava falando. É interessante a gente esclarecer, porque na nossa secretaria, a Secretaria de Desenvolvimento Social, a gente trata dos convênios, das parcerias

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	08	2017	15h14min	76ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	9

vinculadas aos serviços de convivência, que estão tipificados na política de assistência social.

Por fim, eu gostaria só de acrescentar que essa é uma orientação que vem da Política Nacional de Educação, da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que deu esses direcionamentos para tentar unificar melhor, para fazer essa organização do que é um serviço tipificado pela educação e de quais serviços seriam tipificados pelas políticas de assistência social.

Mais uma vez eu gostaria de parabenizar pelo espaço e dizer que este é o momento, é o espaço de luta. E principalmente uma outra coisa, a gente acaba tendo muito contato contado com as famílias e as famílias que a gente atende são as mesmas. São as famílias que precisam de vaga na creche, principalmente numa creche pública ou numa instituição parceira, e estão pleiteando uma vaga numa instituição parceira. É o mesmo público da política de assistência social. São famílias vulneráveis, famílias que necessitam de acesso a serviço para que possam conseguir se promover, para que possam conseguir se fortalecer como ser na nossa sociedade.

Então, nós estamos juntos lutando, caminhando juntos nessa garantia de direitos. Boa tarde a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Sissi.

Quero dizer a vocês que esta sessão não está sendo acompanhada só por nós que estamos aqui, está sendo transmitida ao vivo pelo canal da Câmara Legislativa no Youtube, que é a TV WEB Câmara Legislativa, está ao vivo, bem como pelo meu poderoso sistema de Facebook, que também está transmitindo ao vivo. Já que a gente não tem a cobertura da grande imprensa, a gente busca canais alternativos que chegam devagar, mas chegam também.

Quero registrar a presença da Sra. Ana Patrícia de Oliveira Mota, Vice-Presidente do Hotelzinho São Vicente de Paula, em Planaltina; da Sra. Solange Marçal, diretora pedagógica da Casa do Candango; da Sra. Luzenir Pereira Bonfim, Centro Social Luterano Cantinho do Girassol; da Sra. Mariana Ferreira de Souza, monitora do Centro de Convivência Maria Mãe da Providência; do Sr. Valdemar Martins da Silva, presidente da Casa de Ismael; Sra. Luzia Rodrigues de Souza, Fenações, Creche Recanto Feliz, Creche Renascer do Recanto das Emas; Sra. Jailma Souza Sisnando, Oásis; Sra. Maria do Livramento, Irmã Elvira; Sr. Daniel Silva Dias, Focus Contabilidade – ele deve fazer as contabilidades das creches –; Sr. Rafael de Carvalho, da Associação Cruz de Malta; Sra. Maria Meire Nascimento, do Lar da Criança Padre Cícero; Sr. Paulo Sérgio Silva, assessor da Deputada Federal Erika Kokay; Sr. Raylson Magno, monitor da OAPNB – Obra Assistencial Padre Natale Battezzzi; Sra. Maria Cristina Teixeira, do Lar da Criança Padre Cícero; Sra. Renata Lúcia Sobrinho, da Casa do Caminho; Sr. César Benvenuto, presidente da Creche Oasis; Sra. Maria Conceição dos Santos, diretora da Cecosal.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	08	2017	15h14min	76ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	10

Passo a palavra a nossa querida companheira e amiga, Vice-Presidente do Conselho de Entidades de Promoção e Assistência Social – CEPAS, Sra. Roberta Fernandes.

SRA. ROBERTA FERNANDES – Obrigada. Eu cumprimento a Mesa e agradeço ao Deputado Chico Vigilante e aos amigos da Creche Parceira e associados do Cepas pela presença neste momento de debate tão importante relacionado às nossas creches.

Bom, Deputado Chico Vigilante, nós já ouvimos a fala da Secretaria de Educação, da Sedestmidh colocando hoje um pouco da nossa situação referente às creches. Uma das questões que permeia a discussão hoje dentro da Secretaria de Educação é o termo de colaboração em que, neste momento, se encontra essa transição – eu estava até falando agora com o professor Fernando, eu estou me reportando a transição que houve da Sedestmidh na época de 2009 para 2010. É por esse complicador que hoje estamos passando.

Coloco também hoje a dificuldade do entendimento da própria Secretaria com relação ao marco regulatório, ao Decreto nº 1.319, que engessa o nosso plano de trabalho, a nossa parceria. Hoje temos um decreto que permeia a Lei Maior. Antes tínhamos a instrução normativa nº 2005, a qual a gente se reportava, mas, hoje, a Secretaria – eu não sei com relação aos questionamentos – não utilizou nesse plano de trabalho a questão desse marco regulatório da nova legislação, do novo decreto. Isso dificultou muito e ainda está dificultado, Deputado Chico Vigilante.

A outra questão que eu quero também colocar é com relação às creches domiciliares. A Sissi Mara falou muito bem com relação às mães crecheiras. É um retrocesso. É um retrocesso essa lei, eu não sei se é lei ou decreto, que foi colocada aqui. Nós estamos numa luta, ampliando o atendimento em creches, num espaço próprio para o desenvolvimento daquela criança. Como a gente lança novamente um espaço domiciliar para cuidar dessas crianças já que o governo disponibilizou – igual o senhor falou – mais de 104 milhões para a construção de creches. Então, eu queria também trazer essa reflexão.

Eu acho que temos de discutir ampliação de vagas, a Secretaria de Educação precisa finalizar essas construções desses CEPIS – Centro de Educação da Primeira Infância que estão aí ainda por finalizar e ampliar.

Hoje, lá na nossa cidade – estou falando agora em nome da nossa cidade, onde temos uma instituição, o Gama –, não há um Cepis, só tem, hoje, três instituições atendendo no Gama, só três! E o número na lista de espera é mais de oitocentas crianças só no Gama. Eu sou a que atendo mais crianças. Isso porque já peguei meus espaços, tudinho que eu tinha, era um refeitório do qual fiz duas salas, fui aumentando para poder atender essas crianças no Gama. E a necessidade é grandiosa, principalmente, em outros locais, como a Estrutural. A Estrutural não tem um Cepi; e

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	08	2017	15h14min	76ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	11

São Sebastião, locais que hoje são vulneráveis aqui no Distrito Federal. Então, nós temos que olhar também para aquelas crianças que não estão sendo atendidas.

Outro questionamento que levo aqui para a reflexão, Deputado, é a situação das crianças de 4 a 5 anos. Nesse período elas estão descobertas dentro da educação e dentro da área social, por quê? A educação é só parcial. A Sedest, por conta da tipificação, só começa a tender essas crianças no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo a partir de 6 anos. Como é que ficam essas crianças nesse intervalo de 4 a 5 anos, sem esse atendimento? É outra reflexão que trago para todos nós que estamos aqui nesse plenário e junto com os representantes das secretarias.

Eu acho também, Deputado, que a gente precisa colocar o trabalho relevante que as creches têm desenvolvido. É um trabalho de excelência com tão pouco recurso que a gente recebe do convênio. E a gente consegue fazer um trabalho impecável nos nossos espaços. O senhor bem sabe, porque o senhor já visitou várias instituições, e sabe: alimentação de qualidade, uniforme, brinquedos, tudo... Tudo a gente consegue fazer um controle financeiro com um recurso muito menor do que a gente possa receber no serviço público da própria Secretaria de Educação.

Só para finalizar, hoje, nós temos mais de 50 entidades fazendo serviço de parceria com a Secretaria de Educação, e com a Sedest também, em torno de 30 entidades. Eu gostaria de colocar também que são mais de 20 mil crianças sendo atendidas, juntas com as suas famílias.

Eu acho que esse momento pelo qual estamos passando por conta desse novo termo de colaboração, essa nova situação que permeia essa preocupação... Como é que vai ser essa assinatura? Como é que vai ser esse recurso? Eu acho que os órgãos públicos têm que refletir: nós somos prioridade! Não podemos trabalhar em um espaço sem ter, pelo menos, a resposta da continuidade desse serviço com o recurso.

Então, eu coloco também para a reflexão que a própria Secretaria de Educação... Igual foi bem colocado, ontem tivemos um encontro. As datas em que os recursos vêm sendo depositados sempre atrasam. Sempre! Então, os profissionais não podem esperar porque têm os seus compromissos. Tem os pagamentos que temos de fazer para os nossos fornecedores. Temos sindicatos em cima das instituições, porque, se você não pagar até o quinto dia útil, vocês vão levar multa! Então, a gente tem passado por muita luta.

Eu falo sempre... Os colegas falam assim: "Nossa, como é bom a gente estar num cargo, assim, de gestor". Eu falo: Meu Deus do céu! A minha vontade, agora, é desistir, porque é cansativo. A gente tem lutado, lutado, lutado; mas, muitas vezes, a luta é muito cansativa. A gente tem, graças a Deus, essa união, pela qual hoje estamos aqui com os colegas associados ao Cepas, com os companheiros de diretoria do Cepas, que também fazem parte, Deputado, do Conselho de Assistência Social, do qual eu sou conselheira. Já fui também conselheira do Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente, sou conselheira do Cepas e faço parte, junto com outros colegas, do

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	08	2017	15h14min	76ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	12

PPCAAM – Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte. Nós estamos também em outros espaços, nos quais não recebemos nenhum dinheiro. Estamos ali porque temos um olhar voltado para as nossas crianças e adolescentes que, hoje, têm de serem priorizados. Agradeço ao senhor por este momento e por este debate. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Roberta.

A Roberta traz uma reflexão muito importante aqui. Antes de passar a palavra, eu queria incumbir o Fernando aqui de uma missão.

Fernando, dentro da Secretaria de Educação está na hora de parar de se tratar as entidades assistenciais, que são conveniadas ao atendimento às creches, como tratam as empresas. Não pode ser o mesmo tratamento, não pode estar na mesma situação. Se uma empresa tiver um atraso por parte da secretaria, como ela visa o lucro, e o tem – porque a prestação de serviço efetivamente dá lucro –, ela vai ao banco, toma o dinheiro emprestado e salda aquele compromisso momentâneo com aquele dinheiro. Essas daqui vão tirar de onde? Não tem empréstimo de banco; ninguém irá emprestar dinheiro para entidade assistencial, até porque não pode. Se é assistencial, como vai pegar dinheiro emprestado do banco?

Portanto, eu acho que precisa haver a prioridade, dentro da Secretaria de Educação, de não atrasar mais. Outra coisa, que é uma cultura que tem de mudar no Brasil, investimento em creche, em escolas; isso não é gasto, é investimento. Não pode ser tratado como: "Estou gastando muito em creche." Não é gasto. Eu tenho acompanhado as crianças – há parentes, pessoas da minha família que estão em creches públicas, porque a família é pobre – e eu vejo o tratamento que é dado. Eu falo aqui, sem nenhum medo de ser criticado, que em boa parte das famílias, aquelas crianças que são atendidas por vocês são melhor atendidas nas creches do que nas próprias casas. Vocês são testemunhas disso. Tanto são que eu estou cansado de visitá-los e ficar sabendo que os dias em que vocês mais sofrem junto com as crianças são as sextas e as segundas. Na sexta, a criança não quer ir embora, porque ela vai ficar sábado e domingo sem ter o mesmo tratamento; e na segunda, o dia em que ela chega e quer comer mais, porque passou muita fome no sábado e no domingo. Ou não é assim?

Portanto, eu acho que o governo precisa enxergar isso. É preciso parar de tratar as coisas friamente. Uma vírgula nessas questões; aqui, vírgula não é uma vírgula e um ponto não é um ponto. Precisamos aprender isso. Senão, ficaremos fazendo audiências e mais audiências, mas sempre chovendo no molhado. Eu costumo dizer muitas vezes que parece que estamos falando para ouvidos moucos, ouvidos que não querem ouvir. Quando você fala para quem não quer ouvir, é difícil.

Já estamos com três companheiros no plenário que irão falar em seguida. Mais pessoas poderão se inscrever.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	08	2017	15h14min	76ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	13

Concedo a palavra ao último integrante da Mesa, o Vice-Presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, Sr. Fábio Felix.

SR. FÁBIO FELIX – Muito obrigado. Boa tarde a todos e a todas. Estou aqui representando hoje o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal, que é nosso órgão de fiscalização e deliberação da política pública da infância e adolescência. Nosso presidente não está aqui hoje por outra atividade na secretaria, eu sou vice-presidente e representante da sociedade civil.

Para quem não sabe, o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente funciona no revezamento, assim como outros conselhos. Então, a gente reveza. Num ano o governo assume a presidência; em outro ano, a sociedade civil assume a presidência. Neste ano, a sociedade civil está na vice-presidência do conselho. Eu queria registrar que o papel do CDCA no Distrito Federal é de fiscalização e deliberação da política pública da infância e adolescência. A gente tem atuado em várias áreas diferentes: no sistema socioeducativo, na área de enfrentamento à violência sexual, no conselho tutelar e em outras áreas importantes, como no enfrentamento ao trabalho infantil, nas importantes campanhas do enfrentamento à violência sexual, como foi em 18 de maio, junho, na comemorativa do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente – de 27 anos, entre outras datas que são importantes para o estímulo à reflexão sobre os direitos da criança e do adolescente, especialmente quando nós tratamos de um momento e de um cenário no qual as pessoas querem cassar o direito da criança e do adolescente.

Isso não acontece só no que se refere à questão das creches e da educação infantil. Isso trata também da criminalização do adolescente no sistema socioeducativo e em outras áreas, quando começam a enxergar a infância e a adolescência como um momento de risco, como um momento que deve ser criminalizado e punido; quando o Estado começa a enxergar a criança e o adolescente como algo que gera risco na sociedade, e não como sujeitos que merecem proteção do Estado. Eu acho que este é o grande problema, é a base do nosso problema hoje: o Estado não enxerga a criança e o adolescente como sujeitos de direitos. Esse é um problema fundamental hoje das políticas públicas, e aí ignoram.

Muitas vezes, tratam de forma secundária, menos importante, os convênios de serviço de convivência e fortalecimento de vínculos lá na Sedest. Às vezes, tratam como secundário o repasse de recurso do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente. Mesmo quando a sociedade civil, no ano passado, estava na presidência, a gente sentia uma dificuldade imensa de fortalecer e acelerar o repasse do recurso do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente porque a burocracia do Estado é gigantesca. Não priorizam o pagamento em dia, quer dizer, a dignidade das entidades e de todos os trabalhadores e trabalhadoras que estão aqui hoje. Não fortalecem e aceleram o pagamento.

Não pagar em dia um trabalhador? Toda vez que sai uma notícia no Diário Oficial ou na mídia, na imprensa, de que o governo vai parcelar o salário dos servidores

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	08	2017	15h14min	76ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	14

públicos, todo mundo sabe que esse é um grande problema. Tanto é um grande problema, que o governo anuncia assim: "Vamos parcelar, exceto da segurança pública", porque eles têm medo da rebelião dos setores da segurança pública. Mas muitas vezes tratam os salários das entidades conveniadas que executam política pública como algo secundário, menos importante. Como esse trabalhador vai trabalhar sem receber o seu salário, sem pagar as suas contas? Esse não é um problema qualquer.

A gente não está tratando aqui só do repasse das entidades conveniadas. A gente está tratando aqui do direito fundamental à educação infantil. Eu acho que isso é importante dizer. O que está em cheque no Distrito Federal hoje é o direito à educação infantil. E o governo, no último período, tem utilizado educação infantil como uma espécie de vitrine para propaganda. Ela tem sido vitrine para propaganda. Mas não adianta fazer vitrine para propaganda, se não estão pagando as entidades. Não adianta fazer vitrine para propaganda, se não respeitam as entidades que exercem essa função hoje, em parceria com o Estado.

Eu acho que o nosso papel como Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente é denunciar isso que está acontecendo. O Sr. Valdemar sabe dessa discussão, estava no Conselho. Nós fizemos uma plenária ordinária do CDCA na terça-feira, debatemos essa questão e outras questões vinculadas tanto ao repasse de recurso da Sedest, como ao repasse de recurso da Secretaria de Educação.

A gente queria oferecer a vocês o apoio do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente para essa luta no governo. Deputado Chico Vigilante, não é qualquer coisa a Secretaria do Planejamento e a Secretaria da Fazenda não estarem aqui hoje. Isso quer dizer que existe muita gente que não quer debater esse tema. São secretarias fundamentais. A secretaria do arrocho é a Secretaria do Planejamento. A gente sabe que as equipes técnicas da Sedest, da Secretaria de Educação, muita gente – nem todo mundo – tem se esforçado para o recurso sair, para que as coisas aconteçam. Mas cadê o Planejamento, que é quem deposita o dinheiro na conta, para prestar conta às entidades conveniadas? Eu acho que é importante, e isso está faltando.

É um setor que não quer prestar contas, não quer falar, olhar na cara das pessoas, no olho das entidades, dos trabalhadores e trabalhadoras, para dizer por que não está pagando quem tem que ser pago para executar um serviço que é fundamental, como é o da educação infantil. Vinte mil crianças podem ser prejudicadas. A gente já tem um déficit muito grande, milhares de crianças de quatro e cinco anos não são atendidas, como já foi apresentado aqui, porque ficam no vácuo tanto do serviço da Sedest, quanto da educação infantil. Esse problema precisa ser solucionado. Não adianta a mãe conseguir trabalhar, conseguir estudar e depois, com quatro anos, não conseguir concluir o curso ou ter que se demitir do trabalho porque não tem com quem deixar a criança.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	08	2017	15h14min	76ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	15

Por último, para ouvirmos as pessoas e continuarmos esse debate, eu acho que existe um problema grave – não sei como está a tramitação aqui, Deputado –, que é a tal da mãe crecheira. A mãe crecheira é um remendo, é um atalho da pior espécie para a educação infantil, é a cassação do direito à educação infantil. É a tentativa de baratear e colocar as crianças com um cuidador ou uma cuidadora, não garantindo o direito fundamental à educação infantil. Isso atrasa a criança na educação, e atrasa o adolescente na educação. Isso atrasa a vida, a trajetória de quem está numa condição que o Estatuto da Criança e do Adolescente reconhece como peculiar de desenvolvimento.

É o Estado que tem de executar a educação infantil. Eu acho que o conselho precisa reconhecer isso, tanto é – o Sr. Valdemar está com a nota assinada, para ser entregue ao Deputado Chico Vigilante – que o Conselho de Assistência Social já aprovou uma nota com posição contrária à mãe crecheira, e o nosso Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente ontem também aprovou assinar essa nota, numa ação conjunta com o CAS – Conselho de Assistência Social, para que nós, junto com as entidades que estão aqui, possamos enfrentar esse projeto das mães crecheiras. Há outros nomes, mas eu acho que o nome mais correto é baratear o atendimento e acabar com a educação infantil.

É também um desafio nosso enfrentar isso, além de cobrar que as entidades, as trabalhadoras e os trabalhadores que estão aqui sejam respeitados. Para isso, não existe outro caminho. O governo precisa cumprir os seus compromissos, pagar e fazer o repasse na data. Não adianta fazer o repasse dois dias depois; não adianta as entidades terem que vir aqui chorar todo mês, dez dias, um mês, dois meses, três meses depois. Não adianta as entidades terem que vir aqui.

Esta não é a primeira audiência pública a que eu venho sobre esse tema. Não é possível ter que vir aqui toda vez para cobrar, na articulação que o Deputado Chico Vigilante tem feito nesta Casa, a fim de que recebam o seu recurso, já que estão executando o serviço e o executando com excelência.

Então, a posição do Conselho dos Diretos da Criança e do Adolescente é de apoio. Aquilo que a gente puder fazer para haver gestão junto ao governo e a outras pastas do governo que não estão aqui hoje, para que esse recurso possa ser garantido, contem com o CDCA do Distrito Federal.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Vamos ouvir agora as companheiras e os companheiros do plenário que se inscreveram. A primeira inscrita é a Sra. Karla Valadares, Presidente do Instituto Nair Valadares.

SRA. KARLA VALADARES – Boa tarde a todos. Deputado, eu odeio vir aqui, porque sempre eu venho com a mesma fala. Eu sempre venho revoltada com esta Casa, com este governo, com essa falta de respeito com as entidades.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	08	2017	15h14min	76ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	16

A fala do Fernando, eu sempre ouço, desde 2002, quando o instituto começou a parceria com o governo: "A sua parceria é fundamental". Eu acho isso uma grande mentira, não deve ser fundamental. Pela maneira como nós somos tratados, não deve ser fundamental. Não somos respeitados, não somos chamados para tomar nenhuma decisão que afete diretamente as nossas entidades. Somos jogados para lá e para cá, à mercê de entendimentos individuais, como o próprio Fernando colocou.

Para começar, Deputado, vamos colocar os pingos nos is. Eu gosto de falar e gosto de mostrar. Nós terminamos uma parceria com a Secretaria de Educação dia 8 de agosto, e deveríamos ter começado uma outra dia 9 de agosto. Hoje, se não me engano, é dia 31 de agosto. Até o momento, os termos não foram assinados nem publicados. Realmente nós tivemos ontem uma reunião com o Secretário, mas levante o dedo quem não assinou. (Pausa.) Isso é para ver que não é história.

Eles dizem: "Fiquem tranquilos, vocês não vão levar um banho". Nós já levamos, Fernando. Lá atrás houve atraso para assinar termo de convênio, e a gente ouvia assim: "A parceria de vocês é fundamental, a gente não vive sem o trabalho de vocês. Não vamos fazer isso com vocês". Janeiro foi-se. Vinte e poucos dias de fevereiro se foram.

Em março, nós assinamos o convênio, e a parceria fundamental ouviu o seguinte: "Sinto muito. Vocês não vão receber nem janeiro nem fevereiro. Engulam o prejuízo, e vamos começar a tocar o barco para frente." Como eu acho que a gente gosta de levar na cara, a gente aceitou, pagou os prejuízos de janeiro, de fevereiro e continuou atendendo as nossas crianças. Essa é a primeira realidade.

Até o momento, nós não temos garantia jurídica nenhuma. A secretaria não me deve nada, porque ela não tem nada assinado comigo. Detalhe: o termo anterior, Deputado, terminou dia 8 de agosto. Teve entidade aqui que recebeu o recurso no dia 9 de agosto, depois de terminada a parceria. Quem recebeu o recurso no último dia aqui, gente? Ah, muito obrigada. Aí sabem o que falam para gente? "Peguemos esse dinheiro, e vocês não vão poder gastar. Eu te paguei com um mês de atraso, e vocês não vão poder gastar." Ou seja, engulam seu prejuízo de agosto. Ontem nós saímos da reunião ouvindo isto da equipe técnica da Educação – o Fernando está aqui e não me deixa mentir –: "Não pode, porque vai emendar um no outro."

O edital, Deputado – se eu estiver mentindo e errada, por favor, corrijam-me –, foi publicado em maio deste ano. Isso muito contra a nossa vontade, depois de, várias vezes, o CEPAS – Conselho de Entidades de Promoção e Assistência Social ter ido à Secretaria de Educação e pedido o seguinte: "Chame-nos antes do edital para que aparemos as arestas. Chame-nos para que possamos colocar a realidade de quem atende lá." Não. Um belo dia, Deputado, alguém aqui leu o Diário Oficial e falou: "Gente, vocês viram? O edital foi publicado." É dessa maneira que a minha parceria é fundamental e respeitada.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	08	2017	15h14min	76ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	17

Tudo bem. Lemos o edital, vimos tudo que estava no edital e estamos aguardando a equipe nos chamar para entregar o plano de trabalho. Fomos chamados, Deputados, para entregar um plano de trabalho elaborado pela secretaria. Que isso fique muito claro, porque o plano de trabalho deveria ser elaborado pela entidade. Mas qual é a realidade? Nós recebemos um arquivo de Excel com todas as planilhas travadas em que a secretaria determina o que eu vou gastar, onde eu vou gastar, por que eu vou gastar e com quem eu vou gastar. Percentual: a secretaria – eles, que executam o trabalho, que estão lá, devem saber muito bem – determina que eu tenho que gastar não sei quantos por cento com a meta 2, tantos por cento com a meta 1 e tantos por cento com a meta 3. Deputado, nós já estivemos umas trezentas vezes naquela sala do secretário, não só com o professor Júlio, mas com os outros, e pensamos que isso já tinha sido superado.

Vem o marco regulatório, e falamos assim: pelo menos, agora temos uma lei que vai nos dar um respaldo do que pode e não pode. Não se fica naquela confusão: ah, eu entendo isso, eu entendo aquilo. O marco regulatório é claro. Nós é que temos que apresentar nossa proposta de como vamos desenvolver o trabalho. Vou dar um exemplo para o senhor. Está no marco, na lei, no decreto: a entidade poderá contratar auditoria – porque agora nós somos obrigados a fazer auditoria – e assessoria jurídica. Aí o plano de trabalho, que é fornecido pela secretaria, aquela planilha de Excel, não prevê isso e nos furta descaradamente o direito de colocar auditoria: “Não, não pode.” Mas vem cá, está aqui na lei: “A entidade vai poder pagar auditoria e assessoria jurídica.” “Não, mas não está no nosso plano de trabalho e vocês não vão botar. E, se não botarem, não vão assinar o termo.” É mentira minha? Ameaça. A minha parceria fundamental é na base da ameaça.

O senhor quer uma coisa mais engraçada? Nós temos o sindicato dos professores, que corre atrás de proteger os professores, nossos funcionários. Não temos nada contra isso. Na lei, não se diz que nós podemos botar, no nosso plano de trabalho, benefícios, ou seja: plano odontológico, seguro de vida e seguro de saúde. Mas a Secretaria – sabe-se lá por quê – botou no plano de trabalho. Se eu estiver mentindo... Se eu me recuso... Eu, Instituto Nair Valadares, entrei na Justiça para não pagar o plano odontológico nem o seguro de vida, porém, quando eu fui entregar meu plano de trabalho, eu não coloquei, obviamente, o valor do plano odontológico nem do seguro de vida. Aí, sabe o que eu ouvi, Deputado Chico Vigilante? “Você tem obrigação de botar.” A secretaria alega que, como eu tenho uma CCT assinada – que nós estamos brigando na Justiça -, então o plano de saúde e o plano odontológico, eu posso pagar com o dinheiro repassado, mesmo que eu não queira, mesmo que eu esteja na Justiça. E tenho que colocar, porque, se eu não colocar, eu assino o termo?

(Manifestação da plateia.)

SRA. KARLA VALADARES – Então, eu acho muito engraçado essa fala de parceria fundamental.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	08	2017	15h14min	76ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	18

Outra coisa, Deputado Chico Vigilante, em nenhum momento, desde que nós saímos da SEDEST – Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda – saudade da Sedest –, as entidades vêm apanhando o tempo todo. Não é de gestão. A gente apanha da Secretaria de Educação desde 2009. Ninguém me deixa mentir aqui. E o acontece? Hoje, há outro problema que nós temos e que não está nas nossas mãos. Nós fizemos 2009 conforme fomos orientados. À época, nós fomos iludidos, mal informados, induzidos ao erro. Como é de praxe da Secretaria de Educação, ela não bota nada por escrito. A frase que mais foi ouvida em 2009 foi: “Estamos no ano de adequação. Pode fazer isso, pode fazer aquilo.” Secretaria, bota por escrito. “Não precisa.”

Hoje, nós temos um Ministério Público em cima de nós, dizendo que nós somos empresários do social, que nós somos um bando de safados, que não queremos prestar conta. É este tipo de coisa que nós estamos ouvindo lá no Ministério Público: “Vocês são empresários do social. Vocês querem é lavar dinheiro, ganhar dinheiro, fazer não sei o quê.” Por quê? Porque a Secretaria de Educação... Desde 2009 até hoje, não tem uma entidade aqui que tenha uma conta aprovada. Aí eu pergunto: sou eu que analiso a minha prestação de contas? Não, é a secretaria. Ao longo desses anos, Deputado Chico Vigilante, o que a gente ouve é o seguinte: “Ah, isso aí não é da minha gestão.” Agora, o Ministério Público está apertando a Secretaria – e o Fernando não me deixa mentir – para resolver.

Sobre as prestações de conta de 2009, Deputado, nós já respondemos, e eu já respondi três vezes. Alguém mais? (Pausa.) Por erros de quem? Nosso? Não, eu atendi, Deputado Chico Vigilante, e todos aqui atenderam. O que a gente foi foi mal orientado. E agora aquelas pessoas, o Secretário Valente – o senhor lembra? –, a Glenda, aquele povo não está mais aí. E quem está aqui somos nós, sendo vistos pelo Ministério Público como um bando de safados, um bando de pilantras. A própria Promotora disse que estamos fazendo “pilantragem”. Por quê? Porque a Secretaria não conseguiu resolver o problema da prestação de contas e, quando quer resolver, quer resolver mandando a gente devolver dinheiro na marra. Tem esse problema também.

Eu tenho que falar de outra questão também aqui. A gente fala em ampliação de creche. Quando nós saímos da Sedest, oito entidades que atendiam por creche e que eram da Sedest imediatamente entregaram. Nós fechamos oito creches naquela época. Aqui não falta vaga, não, porque, se o senhor quiser dar mil para a Meire, ela pega, mil para o Rodrigo, a gente atende. O que falta é recurso, o que falta é a gente ter o mínimo de respeito para se fazer, realmente, uma parceria. Os CEPIS – centros de educação de primeira infância, que são uma coisa linda, maravilhosa, todo mundo pegou. O Ciro, da Casa do Caminho, não está aqui, mas eu posso falar: ele devolveu cinco. Aí eu tenho que perguntar isto: porque se faz uma creche tão linda e maravilhosa, tudo certo e as entidades estão devolvendo? De que vai adiantar construir mais? A gente já cansou de dar a cara a tapa aqui e falar: vocês podem construir cem, não conseguem tocar, dependem da nossa parceria, que realmente é fundamental.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
31	08	2017	15h14min	76ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	
				19	

Mas o que está acontecendo, na realidade é que as entidades estão devolvendo, as crianças estão ficando na rua, e parece, como o Fábio bem colocou, que as pessoas não estão a fim de ouvir isso, não querem ouvir. De todos os governos que passaram pelo GDF, eu ouvi e vocês ouviram: "Creche é fundamental, é prioridade." Eu não entendo muito como entra o dinheiro, Deputado, mas o pouco que sei é que esse dinheiro vem do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, se não estou errada. Eu pergunto: cadê o dinheiro do Fundeb? O Temer não repassou, é isso? A Secretaria de Planejamento segura? Isso já está virando caso de levar ao Governador, porque ele cansa de ir à mídia falar que a prioridade do governo dele é creche. Eu pergunto ao senhor: onde está a prioridade? Hoje é 31 de agosto e eu não tenho uma parceria confirmada com a Secretaria de Educação, as entidades receberam com um mês de atraso e o repasse que já era para ter sido passado em agosto não tem previsão. "Ah, talvez o dia 15." Não entendo isso, não dá para entender. Quantas vezes a gente já esteve aqui, Deputado, e o senhor nos ajudou a conseguir dinheiro para pagar as creches. A gente faz o nosso trabalho, que é atender as crianças, é estar lá, atender e atender bem, como a gente sempre fez. O mínimo que a Secretaria tem que fazer é respeitar o nosso trabalho, ter um pingote de vergonha na cara de não falar para a gente: "Vamos resolver, vamos resolver." Resolva! É de criança que a gente está falando! É de criança na rua, Deputado! Parece que a gente está falando de ingresso para o Rock in Rio. É de criança, é de criança na rua, é de mãe que não pode trabalhar em um país que está indo para o buraco, é dos poucos que têm emprego aqui, é de mãe chorando: "Eu vou ter que entregar o meu emprego porque não tenho onde colocar..." Lá na minha creche, Deputado, tenho um espaço para atender quinhentas crianças. Sabe quantas eu atendo? Cento e noventa e seis, e sempre coloco isso aqui. Por quê? Porque eu não aguento mais essa "parceria fundamental". Desculpe-me, Fernando, mas estou de saco cheio de ouvir que eu sou fundamental. Não vejo o sentido do fundamental. Onde sou fundamental? Onde as nossas crianças estão sendo tratadas como fundamentais? Parece que só nós, como o senhor falou... Sabem quanto custa uma creche hoje no Riacho Fundo II, tipo mãe crecheira, fundo de quintal, que as minhas funcionárias pagam? Setecentos reais, Deputado, por meio período. É o que o senhor falou: nós fazemos o nosso serviço por amor, por dedicação. Poderíamos estar milionários. Quem tem prédio próprio poderia estar cobrando. O que não falta, honestamente, é gente batendo na minha porta e falando assim: "Eu pago o que for para botar minha criança aí."

Que saia daqui, Deputado, principalmente respeito. Se não me respeitam, respeitem aquelas crianças que a gente atende, tenham o mínimo de respeito. Acho que, neste país, o mínimo que a gente pode ainda é ter fé. Eu já perdi a fé no humano, quase, mas ainda tenho fé nas nossas crianças. Sei que as crianças que passam por nós têm muito mais chance de transformar este país em uma coisa melhor.

Então, eu faço um apelo aqui: que o senhor leve isso aos seus colegas. A gente não aguenta mais. Eu vou falar uma coisa aqui. Olhem, isto é geral: está todo mundo

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	08	2017	15h14min	76ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	20

para entregar, está todo mundo para desistir, mas, para a gente, vai ser um fardo muito pesado desistir das nossas crianças, desistir do futuro do nosso país.

Então, peço que a gente saia daqui hoje pelo menos com esta pauta: criança. Se não respeitam o meu trabalho, pelo menos respeitem quem eu atendo.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Karla Valadares, você foi simplesmente brilhante. Acho que é o grito que todos e todas aqui gostariam de dar. Você falou por todas e por todos. Isso nos anima a continuar com mais firmeza ainda nessa luta. Eu já estava desconfiado das coisas e agora tenho certeza, depois da sua fala.

Convido para a Mesa a nossa querida companheira, Deputada Federal Erika Kokay.

Passo a palavra ao Sr. Valdemar Martins da Silva, Diretor-Presidente da Casa de Ismael. (Palmas.)

SR. VALDEMAR MARTINS DA SILVA – Deputado Chico Vigilante, na pessoa de V.Exa., cumprimento os demais componentes da Mesa. Se a Karla tivesse mentido, eu teria muito o que falar, mas vou ter pouco, porque ela já falou tanta verdade aqui, que dispensa o meu alongamento.

Eu só gostaria de lembrar uma frase de uma especialista em educação que diz o seguinte, Deputado: que o tempo da criança é agora; amanhã ela não será mais criança.

Eu não tenho muita fé em audiência pública, mas quando o senhor chamou para esta comissão geral, eu vim com fé, porque uma das únicas, se não a única que deu resultado, Deputado, foi uma que o senhor fez quando chamou a Secretaria de Educação aqui e pediu ao professor Fábio que promovesse o reajuste na nossa *per capita*. Por isso eu vim aqui hoje. Porque em audiência pública a gente fala e parece que cai no esquecimento. Mas, como o senhor é uma pessoa que luta pelas suas promessas, eu estou acreditando que o que nós conversarmos aqui, hoje, e decidirmos vai acontecer.

Vou convidar a minha amiga Roberta, quando ela fala até de desistir. Desiste não, Roberta! Se desistir, piora. O que é que vai acontecer se desistir? Se eu soubesse que fosse melhorar, eu também ia desistir junto com você. Mas não vai.

Outro dia fizemos uma ocupação no gabinete do Secretário da Fazenda, para saber qual era a prioridade do recurso público. O secretário não estava, e o pessoal dele nos atendeu. E uma assessora dele disse o seguinte: que, sobre o recurso que eles tinham, a prioridade para liberação era servidor público, segurança, saúde. Eu falei: "Mas e a criança?" "Não, não está." Ora, se um artigo da Constituição fala que criança é prioridade absoluta, imaginava eu que não existia outra prioridade, a

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	08	2017	15h14min	76ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	21

prioridade absoluta é absoluta, e ponto final. Mas lá existe. Daí entendemos por que é que a gente recebe atrasado.

Quando a gente fala da situação das creches, em que nós estamos aqui hoje, é a mesma, Deputado, daquela última audiência pública em que o senhor nos trouxe aqui. É a mesma. Quando se fala aqui de plano de trabalho, parece que plano de trabalho é uma coisa muito difícil de fazer, e não é. Agora, é difícil fazer mágica com o dinheiro que repassam. Aí o senhor me dá 100 reais para eu poder fazer uma despesa e diz assim: 70% vão para pessoal, 25% vão para não sei onde e 5% vem para cá. Se você mudar esse percentual, não aceitam seu plano. Está ferrado. Não aceitam. Não aceitam o plano.

Ora, se você quer que eu aumente a minha meta de gasto com material pedagógico, aumenta o valor que você repassa. É matemático. Nós não temos como fazer milagre nisso aí. O que é pior é você beneficiar um cálculo matemático numa meta e colocar dezesseis bebês numa sala com duas pessoas. Se uma delas faltar, apenas uma vai cuidar de dezesseis bebês. E, se acontecer alguma coisa lá nesse dia, o que vão adiantar os cálculos matemáticos depois que os microfones da Globo souberem? Acaba o cálculo. Mas a Secretaria insiste nesse jogo de pedagogia e matemática. E nós no meio.

Tenho até pena às vezes dos técnicos da Secretaria, porque a questão não está lá. A questão está aqui naquele pessoal que, como o nosso Presidente falou, não veio aqui agora. Cadê a Secretaria de Planejamento? Cadê a Fazenda para poder ouvir isso aqui, gente? Mas, como o senhor bem disse, Deputado, às vezes as pessoas não querem ouvir. Então para que ele vem aqui, não é? Para dizer que não tem dinheiro?

O ex-Presidente Juscelino tinha uma frase – eu li, pois não convivi com ele – que dizia o seguinte: “Dinheiro nós tiramos não do bolso. É da cabeça.” Parece-me que o governo quer tirar o dinheiro do bolso e não tem. O que nós precisamos é incentivar o desenvolvimento no Distrito Federal para ver se gera imposto, para ver se gera mais recurso para a educação e para a saúde. Eu nunca vi empresa nenhuma sobreviver só controlando a despesa. Ela quebra. Então nós estamos controlando o orçamento da educação, porque lá não tem. Daqui a pouco, Sedest, você vai receber todas as crianças que não foram atendidas na educação e vão passar aí para a Sedest numa situação muito pior, porque vão estar na rua. Elas vão estar abusadas na rua, elas vão estar abandonadas no lar, porque você não deu educação. Depois vem para o socioeducativo. E o que é o socioeducativo, a grande preocupação do momento? Eu disse ontem no Conselho do Direito da Criança: “Socioeducativo é onde o serviço de acolhimento faliu, a família não foi atendida.” Aí, sobrou para o socioeducativo. Agora o jovem está apanhando lá dentro. Lá não tem reeducação para ele, e nós estamos preocupados com essa situação lá dentro do socioeducativo; mas nós não fizemos nada antes.

Agora, Deputado, um paradoxo da atualidade. Ontem, na pauta do Conselho do Direito da Criança, a Secretaria de Educação queria falar sobre a Plenarinha, das

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	08	2017	15h14min	76ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	22

crianças da educação infantil. Uma invenção excelente. Crianças participando de debate, fazendo entrevista com os dirigentes, com os professores. Isso é um avanço para a criança, mas, em oposição a esse avanço, nós fomos surpreendidos com a Lei da Mãe Crecheira. É o maior retrocesso que eu já vi na atualidade. Não sei se num momento de felicidade ou infelicidade desta Câmara foi aprovada essa lei aqui, Deputado. E eu estou encarregado de entregar para o senhor um manifesto do Conselho do Direito da Criança e do Conselho de Assistência Social para o senhor capitanear a revogação dessa lei.

Nós não podemos tirar a criança de dentro de uma sala de aula, onde ela tem um professor qualificado, para ficar com uma mãe crecheira com ensino fundamental, conforme está na lei. Nós não podemos permitir isso. Parece-me que em São Paulo hoje estão soltando um negócio que diz o seguinte: "Nenhum bebê em depósito." Lá em São Paulo. Será que nós não estamos voltando a isso, botando menino dentro de casa, com uma pessoa que não tem a mínima condição de cuidar?

Já foi dito aqui pela Karla que nós temos disposição de aumentar a nossa capacidade de atendimento. O primeiro item da pauta do senhor é falta de vaga. Nós temos disposição para fazer. Se o governo quiser melhorar o repasse que continua congelado lá atrás... Depois que o senhor pressionou por aquele aumento aqui, ninguém mais falou. A *per capita* é insuficiente e está dando confusão no plano de trabalho, porque querem repartir a miséria em várias metas e não dá. Então, não tem *per capita* suficiente. Mas nós temos disposição para atender mais crianças.

E pior, Deputado, hoje a gente assiste a Secretaria de Educação não querer encaminhar meninos de quatro, cinco anos, para conveniada. Qual é a razão disso? Soube que o governo também vai atender agora no jardim de infância. Ele precisa cumprir a meta do Plano Nacional de Educação, e então ele leva o menino de quatro, cinco anos para a escola pública e atende meio período. Aí ele dobra a meta, a capacidade de atendimento. E faz o quê? Amanhã devolve essas crianças para a Sedest cuidar.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Valdemar.

Passo a palavra à Sra. Geisa M. G. Santos, representando os pais de alunos da Creche Irmã Elvira. (Pausa.)

Passo a palavra à Sra. Hellen Mota, do Centro Comunitário da Criança.

SRA. HELLEN MOTA - Boa tarde! Cumprimento a Mesa na pessoa do Deputado Chico Vigilante. Boa tarde colegas, cansados de tanto sofrimento.

Ontem nós conversávamos e escutávamos um grupo que tem três instituições que estão com sérios problemas. Uma dessas instituições chama-se CCC. Absurdo, não é? Maior absurdo é o problema. Nós não nos negamos a fazer nenhuma alteração em nosso plano de trabalho. Nós simplesmente pedimos que fossem formalizados os

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	08	2017	15h14min	76ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	23

pedidos. Até hoje nós não recebemos esta formalização. Só recebemos ameaças de que nós não vamos receber, de que nós não vamos assinar, e que agora nós precisamos esperar para ver se isso se revolve. Enquanto isso nós estamos, desde o dia 9, sem previsão de passagens.

As nossas instituições são tão boas que os funcionários pagam para irem trabalhar. Eles estão retirando dinheiro do bolso para poderem ir trabalhar, porque não tem recursos para pagar a passagem. Mas eles fazem isso porque acreditam que o que nós escolhemos foi uma missão. Eles sabem que nós estamos lá pelas nossas crianças. Mas parte o coração quando a gente se depara com uma unidade que atende 730 crianças com 50 vagas ociosas, lá em Ceilândia, enquanto a gente sabe que os maiores problemas sociais que nós encontramos estão no Sol Nascente e no Pôr do Sol.

Então, assim, ontem, nessa reunião nós descobrimos também que o nosso secretário não estava a par de todas as situações. E que foi dado um poder de polícia a uma comissão que não tem coragem de botar no papel aquilo que eles exigem da gente. Nós viemos aqui para dizer o seguinte: nós estamos na luta, sim. Nós fazemos por nossas crianças, mas nós não somos idiotas! Hoje nós estamos respondendo por questões que foram exigidas e deliberadas em 2009, e nós não temos respaldo nenhum do que foi exigido para nós. Nos resta, infelizmente, Karla, sermos chamados de burros, de ladrões mesmos. Por quê? Porque nós confiamos na palavra. Eu, enquanto pessoa, continuo confiando no ser humano. Eu continuo confiando na boa fé e na palavra dos homens. Mas as nossas instituições só confiam no que está no papel. E a gente só quer que as leis sejam cumpridas.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pessoal, a Hellen era a última inscrita. Alguém mais gostaria de falar antes da Deputada Erika Kokay? Vocês estão muito caladinhas. Ou os três que falaram já falaram tudo?

Eu vou passar a palavra para a Deputada Federal Erika Kokay e depois nós vamos dar o encaminhamento da nossa comissão geral. Deputada Erika Kokay, V.Exa. está com a palavra.

SRA. ERIKA KOKAY – Eu tenho uma avaliação sobre o que o Valdemar já falou e a Karla também. Quando nós falamos de criança, estamos falando da única prioridade constitucional absoluta que temos no nosso País. Criança e adolescente representam uma prioridade absoluta, constitucional, e essa prioridade não se efetiva.

Lembro que nós lutamos muito para que a Educação assumisse a política e a efetivação da creche e para que a educação infantil fosse considerada a primeira etapa da educação básica. Nós lutamos muito.

Lembro que os conselhos tutelares e várias entidades que aqui estão estiveram no Congresso Nacional para que o FUNDEB – Fundo de Manutenção e Educação Básica

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	08	2017	15h14min	76ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	24

e de Valorização dos Profissionais da Educação também incluísse as creches e, portanto, nós rompêssemos uma concepção de que a creche e a educação infantil deveriam atender a população mais vulnerabilizada ou em situação mais aguda de violação.

Creche, educação infantil, que é a primeira etapa da educação básica, não pode ser uma política apenas para segmentos da população, tem que se universalizar. E, quando nós falamos de creche, estamos falando de uma política que, comprovadamente, provoca um desenvolvimento maior nas crianças que frequentam a creche e têm esse atendimento e essa inclusão, nessa idade, na educação.

Nós estamos falando de um direito das crianças, inegavelmente, mas também dos direitos das mulheres, porque nós não podemos trabalhar com a perspectiva de equidade de gênero – que as mulheres possam estar em qualquer espaço e possam exercer plenamente a sua humanidade ou que seja efetiva a frase de que lugar de mulher é onde ela quiser – se as mulheres tiverem a responsabilidade de cuidar dos seus meninos por ausência de políticas públicas.

Eu vi muita coisa que eu não queria ter visto nesta cidade. Eu vi uma mãe no Paranoá que deixava a filha de 10 anos tomando conta da filha de 2 anos. Em determinado momento, ela fazia comida e deixava a comida no chão. Perguntaram a ela por que ela fazia isso. Ela dizia: "Porque eu tenho medo de que minhas filhas se machuquem ao tentar alcançar a comida". Isso antes ainda de nós termos o Fundeb incorporando a creche. Penso na angústia das mães que têm que ir trabalhar para sustentar seus meninos e meninas e não têm como dar uma assistência a suas crianças.

Nós não queremos depósito de crianças. Nós queremos creche com tudo o que ela representa, com assistência e política de educação, para que todas as inteligências do ser humano possam se desenvolver.

A política de mãe crecheira ou coisa assemelhada é um pouco dizer que nós vamos jogando as crianças em qualquer canto porque nós achamos que é natural que o Estado não se responsabilize pela educação das nossas crianças.

Eu já tive a oportunidade de fazer o meu estágio quando estudava na Universidade de Brasília, fazia Psicologia, com as mães crecheiras. O sentimento que eu tinha quando ia visitar as mães crecheiras... O relatório que fiz era um relatório que dizia: "Não é depósito que a gente quer. Não é depósito. Não é depósito que a gente quer. Nós queremos que as crianças possam ter o espaço para desenvolver a sua potencialidade".

Portanto a criança, que é prioridade absoluta, deve ser prioridade absoluta para o Estado. Há uma angústia muito grande. Há creche em que, de tempos em tempos, as pessoas, os familiares, as mães, os pais se reúnem e lutam, porque corre o risco de ser fechada. Não sabem se vai ser renovado o convênio ou não, as mães simplesmente não sabem. "Será que amanhã eu vou ter a creche para as minhas filhas,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	08	2017	15h14min	76ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	25

para os meus filhos?" E ficam numa angústia. Nós não podemos permitir que isso aconteça.

Por isso acho que tem razão o Deputado Chico Vigilante quando faz esta comissão geral e quando chama aqui a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão e a Secretaria de Estado de Educação, porque o planejamento tem que entender o que está na lei. Se não há creche, são os filhos nas ruas.

Lembro que em determinada ocasião nós estivemos em uma cidade aqui do Distrito Federal em que os meninos ficavam na rua. Os meninos ficavam na rua! E os meninos – isto me chamava a atenção – faziam de lençóis capas, capas de super-heróis, eram os super-heróis jogados na rua sem qualquer tipo de acompanhamento.

Eu conheço a creche da Karla, que é dirigida pela Karla, e sei que aquilo é uma oportunidade que muda a vida das crianças. Creche é oportunidade para que você não tenha um ponto de chegada já predeterminado em função do seu ponto de partida. Não é porque eu nasci desta forma ou nestas condições ou numa família com esta renda que eu tenho que ter meu ponto de chegada já previamente definido e o ponto de chegada muito perto do meu ponto de partida! É preciso assegurar que todas as crianças possam ter oportunidades iguais.

E digo que, quando falta creche, você incorre em... Qualquer violação de direitos leva a outra violação de direitos. Quantas vezes as mães não recorrem a um adolescente, a uma criança vizinha para cuidar dos seus filhos, efetivando, portanto, um trabalho infantil! Quantas vezes as mães buscam as suas estratégias de sobrevivência. Quem tem estrutura familiar pode contar com uma estrutura familiar, são as avós que cuidaram das filhas, que cuidam dos netos e das netas. Mas nós precisamos de creche com a qualidade que têm as creches, com a oportunidade que elas oferecem.

Por isso eu encerro. Peço licença porque vou ter que me retirar em seguida. Mas fiz questão de passar aqui porque sei o que é isso, sei dessa demanda reprimida por creche, sei que essa demanda reprimida por creche tem cara, tem perfil e tem renda, porque quem pode pagar por uma creche paga, quem não pode pagar não tem saída, não tem saída, fica num sentimento aporético, de ausência de poros, olha para os lados e não tem estratégia. Aí não pode trabalhar e, por não poder trabalhar, diminui a renda. É uma violação de direitos puxando outras violações de direitos.

Comprometo-me a levar essa discussão à bancada do Congresso Nacional, os três Senadores e oito Deputados, sete Deputados e uma Deputada. Sabem por quê? Porque nós precisamos saber do Governo do Distrito Federal se existe a falta de recurso para o custeio da renovação dos convênios. Convênio você negocia, as condições do convênio você negocia, você estabelece pactos com a entidade. O que não pode é a entidade não receber, o que não pode é a entidade ter o seu repasse e o *per capita* congelado, não pode, porque quem vai pagar são as crianças, são as

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	08	2017	15h14min	76ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	26

crianças! Essa ausência de prioridade e esse conflito com a lei acabam penalizando as crianças!

E digo que nós temos heróis e heroínas, nós temos tantas, tantas instituições que se dedicam a construir espaços para terem condições de atender essas crianças. Tantas instituições! Tantas instituições que se sacrificam porque entendem a função que desenvolvem e que gera frutos na construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária.

Portanto, eu vou sugerir à bancada que nós vejamos isso. É ausência de custeio? É falta de recurso para custeio? Vamos fazer uma emenda e vamos colocá-la como impositiva.

As emendas de bancada da bancada federal do Distrito Federal são emenda vultosas, pelo menos duas delas o governo é obrigado a implementar! É ausência de recursos? É ausência de recursos ou é ausência de vergonha do Governo do Distrito Federal, ausência de vergonha e ausência de compromisso com as crianças? Porque, se é ausência de recursos, vamos trabalhar na construção de uma emenda para o próximo ano, uma emenda que seja feita pela bancada federal. Portanto, precisamos saber qual é o problema: se é falta de recursos, se é falta de prioridade.

Nós precisamos lembrar ao Governo do Distrito Federal que isso, como disse, é prioridade absoluta constitucional. Eu digo que não é uma questão de futuro, é uma questão de presente. Quando falamos de crianças, nós falamos do presente e não do futuro, falamos do presente. Tem razão uma poetisa que disse que criança tem pressa, porque é uma fase decisiva, é uma fase onde se estabelece uma série de desenvolvimentos e de condições estruturantes para o desenvolvimento dessa criança, seja o desenvolvimento afetivo, seja o desenvolvimento cognitivo, as diversas inteligências que o ser humano carrega.

Nós vamos sugerir à bancada do Distrito Federal para, ao final do mês de setembro para o começo do mês de outubro, quando realizamos a definição das nossas emendas, discutirmos a possibilidade de colocar como emenda impositiva o custeio das creches no Distrito Federal, não apenas o custeio das creches que já existem porque tem razão a Karla: é uma discussão que passa pelo financiamento e condições de atendimento às exigências para um bom atendimento nas creches às crianças, porque aí se ampliam as vagas, se repactuam as vagas.

A demanda reprimida que temos é atentatória contra os direitos e contra a sociedade. Essa demanda reprimida pode ser facilmente resolvida se houver compromisso e prioridade do Governo do Distrito Federal. Vamos fazer essa discussão, e queremos que vocês façam uma explanação e a apresentem à bancada do Distrito Federal para além disso que tem sido feito com brilhantismo, compromisso e coragem pelo Deputado Chico Vigilante de trazer aqui a Secretaria de Planejamento, a Secretaria de Educação. Vamos levar para a bancada o que for necessário para que

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	08	2017	15h14min	76ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	27

nós possamos efetivar uma emenda e assegurar para o ano de 2018 o funcionamento e a ampliação dos pactos e das metas das instituições.

Há lugares em Brasília que não têm creches, há cidades, há locais, há regiões administrativas que não têm creches e há locais em que as pessoas vão se organizando, vão buscando suas estratégias porque precisam de sobrevivência. Aliás, há creches comunitárias que viraram creches de referência na nossa cidade; há creches que começaram com ações humanistas e que se consolidaram e se tornaram referência no desenvolvimento cognitivo e no desenvolvimento humano dessas crianças.

Portanto, vamos pautar essa discussão na bancada do Distrito Federal com onze Parlamentares, três senadores, sete Deputados e uma Deputada para que possamos trabalhar com uma emenda e colocá-la como impositiva. Eu repito: pelo menos duas emendas, se não me falha a memória, das bancadas dos estados – e aqui, no caso, do Distrito Federal – são impositivas. O que é uma emenda impositiva? O governo é obrigado a efetivá-la. Nós fizemos uma emenda do Hospital do Câncer e tivemos agora o anúncio da construção do Hospital do Câncer, porque a emenda é impositiva. Quando nós falamos de emendas de bancada, não estamos falando de recurso que cabe a cada Parlamentar, que é um recurso muito curto. Nós estamos falando de recursos mais vultosos, recursos que podem facilitar ou arcar não só com a segurança de que não vamos ter o congelamento ou não vamos ter a interrupção dos atendimentos, mas que vamos ter e podemos trabalhar na perspectiva da ampliação.

Eu encerro dizendo o seguinte: não dá para ficarmos nesse nível de angústia. Em algumas creches, a todo momento, os pais se reúnem, o que é bonito de se ver também, é bonito de ver também a mobilização dos pais e das mães, e particularmente das mães, porque elas vão e dizem o seguinte: "Não, você não vai tirar essa oportunidade do meu filho, você não vai tirar essa oportunidade da minha filha". E saem lutando nas ruas, em tudo que é canto, na secretaria de educação, para assegurar a manutenção dessa oportunidade e desse direito assegurado na nossa Constituição para as nossas crianças aqui no Distrito Federal. Estamos falando de educação infantil.

Eu me calo com o compromisso de marcarmos essa discussão na bancada, citando Betinho, que disse: "Quando a gente não consegue mais ver numa criança uma criança, a gente só consegue ver o que fizeram com ela". Tantas vezes, a criança é vítima de tantas violações de direitos, que não conseguimos mais ver nela uma criança. A gente tem que ver em toda criança uma criança! As mães conseguem ver isso, os pais conseguem ver isso, que o seu menino é o seu menino, que a sua menina é a sua menina, que é criança. É preciso que o Estado aprenda com os pais, com as instituições, com as organizações sociais e com os educadores e educadoras, e vejam em toda criança uma criança, e faça com que tenhamos a lei sendo efetivada.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	08	2017	15h14min	76ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	28

O nosso compromisso é chamá-los e chamar também o Deputado Chico Vigilante, que é importante e fundamental nesta luta, para que possamos arrancar essa emenda de bancada e que ela seja impositiva, pois não adianta não ser impositiva, ela tem de ser impositiva para ter a obrigatoriedade de o Executivo efetivá-la.

Um abraço grande, eu me despeço de vocês. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Deputada Erika Kokay.

Nós vamos voltar aqui para as considerações finais da Mesa.

Concedo a palavra à Sra. Vice-Presidente do Conselho de Entidades de Promoção de Assistência Social – CEPAS, Roberta Fernandes.

SRA. ROBERTA FERNANDES – Deputado, obrigada novamente.

Eu só quero reforçar uma fala que deixei de colocar aqui em plenária. Eu queria deixar registrado – ainda que não se encontre mais o vice-presidente do CDCA, o Sr. Fábio Félix – que, além dos serviços que desenvolvemos na parte de educação infantil, muitos de nós também desenvolvemos atividades no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Muitas instituições hoje, aqui também no Distrito Federal, não estão conveniadas com a Sedest, por conta também de falta de recursos. Existe um edital aberto por tempo indeterminado, mas percebemos que, mesmo que entremos, o recurso não vai ser repassado de uma forma ampla para algumas cidades. Eu coloco entre elas o Gama, que não é uma cidade hoje tão vulnerável como a Estrutural, e Santa Maria. Então, eu queria que a Sedest visse o trabalho não só priorizando esses locais, mas todos os locais do Distrito Federal, porque cada local tem a sua necessidade específica.

Eu estava colocando a situação do Fábio Félix e eu queria só reforçar a questão do recurso do fundo. Hoje, temos 73 milhões parados dentro do fundo, e muitas entidades já foram aprovadas, entre elas, a do Valdemar. Valdemar foi a primeira instituição a entrar com um projeto, Valdemar foi o primeiro a ser aprovado. Isso desde fevereiro, Valdemar?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Roberta, só para precisar, o Fernando está pedindo – porque são vários fundos, mais de duzentos – que você precisasse o fundo.

SRA. ROBERTA FERNANDES – Fundo da Criança e do Adolescente.

Eu queria só colocar que, até hoje, o recurso não foi repassado para as entidades desenvolverem, executarem os seus serviços. Então, eu queria registrar isso, Deputado, para que a gente possa também pedir a agilidade desse recurso para ser repassado a essas entidades aprovadas. Obrigada.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	08	2017	15h14min	76ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	29

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Roberta.

Concedo a palavra à Sissi Mara, representante da Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal.

SRA. SISSI MARA – Eu gostaria de, mais uma vez, agradecer pela oportunidade de estar participando hoje aqui das discussões. Parabenizo a todos e sinalizo que estamos participando, em conjunto, das discussões do fundo, do CDCA – Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente. Temos feito algumas articulações lá para agilizar o repasse dos recursos do fundo.

Quanto aos chamamentos, realmente, a nossa intenção, a intenção da secretaria é ampliar, é possibilitar que todos os territórios tenham a execução do serviço de convivência. Diante das questões hoje que estão à frente da nossa secretaria, no momento, o que podemos é priorizar esses territórios diante das dificuldades e do tamanho da vulnerabilidade em que eles se encontram. Acredito que para o próximo ano, talvez, tenhamos mais algumas expansões.

Eu gostaria de agradecer a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Mara.

Eu passo a palavra ao Fernando, representante da Secretaria de Educação.

SR. FERNANDO ANTÔNIO MEDEIROS DE CAMPOS RIBEIRO – Eu vou começar fazendo um comentário breve até. Eu fiz a observação aqui com a Deputada Erika Kokay para esclarecer e trazer um elemento de realidade.

Emendas federais que são objetos de repasses entre ente federativos – neste caso, da União para estados e municípios, o Distrito Federal no mesmo nível dos estados – em ano de eleição, se o Governo Federal não repassar até o final do primeiro quadrimestre; portanto, abril, ele está impedido de fazer repasse. Então, levando em conta os prazos naturais de votação de uma lei orçamentária, a entrada em vigor dessa lei e o início dos primeiros desembolsos, realisticamente, é muito difícil contarmos com esse dinheiro para 2018. Ele não vai estar perdido, porque os recursos federais não têm a anualidade como término da possibilidade de aproveitamento deles. Mas, com certeza, se for no ritmo normal das coisas – não estou colocando negativismo, não, mas o conhecimento de como tramitam as coisas –, eles só estarão disponíveis para repasse a partir de outubro ou novembro do ano que vem.

Assim, com certeza, é para somar, mas esse é mais um daqueles elementos em que, infelizmente, a realidade dos trâmites burocráticos, a forma como são embasados, não só na vontade do agente público, mas também na legislação, geram situações em que quando olhamos do ponto de vista prático, do dia a dia do indivíduo, é extremamente frustrante, mas é a realidade.

Eu queria dizer aqui que com relação a questão da aplicação dos recursos, de prioridades e de certas dificuldades que nós temos, essa transição foi muito bem

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	08	2017	15h14min	76ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	30

relembra desde 2009. Há uma questão de pano de fundo que temos de ter consciência. Até este ano, a questão oferta de vaga em pré-escola de 0 a 3 anos não fazia parte do universo de demanda e de finalidade da educação. Essa incorporação, que é um fortalecimento do preceito constitucional e uma priorização da política pública e do acesso à educação para a infância, ao mesmo tempo em que ela é muito bem-vinda, justa e necessária, ela se depara com uma realidade. Até antes, exatamente, de a legislação ter mudado, não havia equipamento público algum destinado a isso.

Portanto, se cria, a partir de uma mudança legal, um universo de milhões de crianças brasileiras que têm direito ao acesso à escola, à pré-escola de 0 a 3 anos, a creches, mas não existiam creches para elas em 2009 no âmbito da educação no Brasil. Aí, nós temos um complicador, porque nós tínhamos a figura da creche na política pública no âmbito da assistência social.

A criação desse novo paradigma da creche no universo da educação fortaleceu a assistência social a dar um outro enfoque e fazer um recorte em que se priorize a atenção aos mais vulneráveis no âmbito da infância. Mas acontece que a lógica da creche na assistência social é completamente distinta da lógica da creche na educação. E esse ajuste do ponto de vista de tudo que envolve a parte pedagógica – quando digo pedagógica me refiro aos conceitos de espaço, que são diferentes, de números de profissionais e tudo mais – criou uma babel de obrigações.

Eu não estou querendo me desculpar. É a realidade. Não existe coisa pior. Eu sou servidor de carreira do Itamaraty, um órgão público que tem uma corporação muito forte. Todo órgão que tem uma corporação forte se vicia no auto entendimento do que é, e tudo aquilo que é inovador, que muda os seus paradigmas encontra, do ponto de vista da atuação do servidor, do agente público médio muita má vontade. Estou sendo bem honesto com vocês. O que acontece? É uma resistência natural até de querer pensar em como fazer esses ajustes, essas mudanças. E a gente vem enfrentando isso aí.

Não é pouca coisa que está por trás de todas essas dificuldades, de mudança. Agora eu posso dizer uma coisa. Ontem, uma comissão de não poucos que estão aqui sentou-se diante do secretário, de subsecretário de gestão, de chefia de gabinete, de assessores e – entre os quais eu. Mais tarde, o secretário e o subsecretário de gestão se deslocaram para o Buriti para uma reunião com o Governador sobre esse mesmo tema. Quando a gente está frente a frente e, para certas coisas, é dito: "será feito", ou você não confia ou não confia. Eu peço o voto de confiança de vocês em nome do Secretário Júlio a quem estou representando aqui. Se vocês negarem essa confiança, respeitosamente eu aceito em nome dele, mas nós não podemos fazer mais que isso de empenhar a nossa palavra e correr atrás para cumpri-la.

A história da sequência de gestão da coisa pública são administrações que se sucedem. Vou dar um exemplo. Nós estamos, neste ano, conseguindo dentro de um cronograma apertado, num diálogo difícil com o Tribunal de Contas – porque a dívida

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	08	2017	15h14min	76ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	31

da secretaria é muito grande –, dar baixa nos convênios de 2009. É esse que vocês citaram aí. Só que há um pequeno detalhe. Em 2009, quando era para terem sido analisados esses convênios que estavam findando ali, ninguém fez nada. Nem em 2009, 2010, 2011, 2013, 2014. Quando chegou 2015, havia a cobrança de 2009, 2010, 2011, 2012. E aí eu vou dizer uma coisa. Nenhuma conta da Secretaria de Educação entre 2009 e 2014 foi analisada. Nenhuma conta de nada.

Então, nós temos cobrança do Tribunal de Contas em cima de tudo isso. Não é só a conta dos convênios, não. É qualquer conta. Nós estamos falando de milhares de processos para análise. Na medida em que o tempo passa, você tem problema de abertura de tomada de contas especial e tudo mais. Isso não é pouca coisa.

E, finalmente, como a gente está falando de relação institucional, eu acredito na relação frutífera quando se baseia em confiança. E confiança é um gesto que você dá de parte a parte estendendo a mão, olhando olho no olho e dando o passo seguinte. E só existe um jeito de a confiança se fortalecer e ampliar: ter sucesso no passo seguinte.

Então, eu peço a vocês, na medida em que nós tivemos diálogos ontem e hoje, que aguardemos o próximo passo. O próximo passo é semana que vem. Volto a dizer. Eu sei que quem esteve nessas reuniões e que já deve ter conversado com os outros escutou da boca do secretário: “Vai sair assinado, vai estar publicado, vocês estarão cobertos a partir do exato dia em que se conclui a periodicidade do termo anterior que se encerra no dia 8 de agosto”. Claro, vocês têm todo direito de duvidar. E nós declaramos que seria garantido esse período. Então, vejamos o que vai acontecer.

É só o que eu peço a vocês. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pessoal, tem algumas coisas que são interessantes. Eu gostaria que vocês guardassem na memória esses números.

Em 2014, o orçamento destinado às creches, ao ensino infantil no Distrito Federal – creches públicas e conveniadas –, foi de R\$ 104.487.386,00 (cento e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, trezentos e oitenta e seis reais). Esse era o orçamento que estava autorizado. Foram executados R\$ 93.911.569,00 (noventa e três milhões, novecentos e onze mil, quinhentos e sessenta e nove reais). Depois, vou lhe passar isso aqui, Roberta.

Agora, quero que vocês prestem atenção neste detalhe. Em 2014, foram executados 93 milhões. Em 2015, o orçamento autorizado era de R\$ 94.834.502,00 (noventa e quatro milhões, oitocentos e trinta e quatro mil, quinhentos e dois reais). Foram executados e pagos, porque foram empenhados e pagos, 94 milhões. O orçamento que vinha sendo gasto e executado era de 94 milhões, mas, em 2016, foi autorizado um orçamento somente de 87 milhões. Reduziram o orçamento. Foi de R\$ 87.332.162,00 (oitenta e sete milhões, trezentos e trinta e dois mil, cento e sessenta e dois reais) e foram executados R\$ 85.888.000,00 (oitenta e cinco milhões, oitocentos e oitenta e oito mil reais). É por isso que há o arroxó em cima de vocês.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	08	2017	15h14min	76ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	32

Peguem 2017. Podem até dizer que não têm o dinheiro, mas dinheiro têm. O problema é de remanejamento, de prioridade. Eu tenho um viaduto para fazer. Se eu tenho a criança como prioridade, eu deixo o viaduto para depois e remanejo aquele recurso. O orçamento que está autorizado é de R\$ 129.733.292,00 (cento e vinte e nove milhões, setecentos e trinta e três mil, duzentos e noventa e dois reais). É esse o orçamento que está autorizado para 2017. Então, acho que cabe aqui a todos nós brigarmos para que este orçamento seja executado.

Até agora, Fernando, foram empenhados 127 milhões, e 79 milhões já foram executados. Estão sobrando 50 milhões. Aqui, há outro detalhe interessante. Vocês imaginam que isso representa quantos por cento do orçamento do Distrito Federal, que é de 30 bilhões? Alguém imagina quantos por cento do orçamento é destinado para cuidar de toda a questão de crianças no Distrito Federal? É menos de 1% do orçamento. De um orçamento que é de 37 bilhões de reais, menos de 1% desse orçamento é destinado a todo esse gasto que é feito com crianças. Portanto, pelo amor de Deus, parem de dizer que criança é prioridade.

Fernando, eu tenho o maior respeito pela cultura, mas o recurso destinado à cultura é maior do que o das crianças. É importantíssimo o FAC – Fundo de Apoio à Cultura. Ele é fundamental, mas o das crianças é menor.

Eu vou passar a palavra ao Fernando para ele fazer uma última consideração, mas antes eu quero deixar um desafio aqui, porque eu não gosto de deixar audiência nossa, especialmente comissão geral, pelo meio do caminho. Não gosto de chegar aqui, falar e falar, e depois não acontecer nada. Da comissão geral que nós tivemos aqui, quando da época que veio o Secretário da Fazenda, o da Educação e o de Planejamento, saíram encaminhamentos que foram cumpridos quase todos.

Portanto, eu quero colocar um desafio para vocês levarem ao Secretário da Educação, Fernando. Vocês precisam resolver isso até sexta-feira que vem. Resolver. Assinar os contratos. Se não assinarem, se não resolverem, eu vou convocar o Secretário da Fazenda, o do Planejamento e o da Educação, porque, convocados, eles vão ter que vir.

Eu estou querendo levar no diálogo, mas parece que não estão com vontade de dialogar. E já falei aqui com o Secretário de Assuntos Institucionais para ele transmitir para o Governador que ele precisa receber vocês. Tem que ter uma audiência de todas as entidades aqui com o Governador. Porque esse problema vem sendo discutido anos a fio, governo a governo. Eu me lembro da última audiência, Fernando, que nós tivemos aqui na qual o professor Júlio saiu com o compromisso de alterar esse bendito contrato de prestação de serviço, de colocar algumas coisas que estavam sendo postas por quem executa. E a impressão que eu tenho neste momento é que não acataram nada e que elaboraram do jeito que quiseram sem ouvir quem executa. Aí fica parecendo que eu sou o peão e você é o feitor. Mesmo que eu saiba mais do que você, eu tenho que obedecer a sua ordem. Aí não vai dar certo.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	08	2017	15h14min	76ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	33

Portanto, para um trabalho como esse, que não visa lucro, mais do que nunca é fundamental a parceria. E a parceria tem que ser uma via de mão dupla, porque não pode ser de mão única, só vem de lá, vem de lá, exigências e mais exigências de lá sem atender nenhum dos pleitos colocados de cá. Aí vai ficar difícil.

Estou colocando este desafio, Fernando, para você levar para a secretaria. Dá para resolver tudo isso até sexta-feira? Está com a palavra.

SR. FERNANDO ANTÔNIO MEDEIROS DE CAMPOS RIBEIRO – Eu queria pedir, com relação aos pontos, o seguinte: a gente fechar esse retorno até segunda-feira, dia 11, já que no dia 7 nós temos um feriado no meio do caminho. A gente precisa de dias úteis. Não quer dizer que a gente não vai procurar resolver antes disso, mas para a gente ter um tempo razoável. É um pedido. Se o senhor aceitar, eu agradeço.

(Intervenção fora do microfone.)

SR. FERNANDO ANTÔNIO MEDEIROS DE CAMPOS RIBEIRO – Nós temos que ver que as tramitações são nos dias úteis, não são nos dias corridos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Vamos ouvir a Karla e, em seguida, a gente fecha um entendimento. Concedo a palavra à Karla.

SRA. KARLA VALADARES – Fernando, vamos falar de realidade. Nós estamos há um mês atendendo as crianças. Nós pagamos uma folha de pagamento hoje, dia 31. Teve gente aqui que pegou empréstimo para pagar, porque senão levaria multa. E quero lembrar você que as multas que a gente paga não são ressarcidas pelo convênio.

Nós estamos com esse edital publicado desde maio. Nós não temos mais tempo. Você vai me desculpar. O Cepas se reuniu com as entidades e todos nós viemos aqui hoje para dar um crédito a essa situação, porque já tínhamos resolvido que, a partir de amanhã, nós fecharíamos as portas. Não por ameaça; por falta de condições.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Karla, só um minuto. Você vai continuar falando. Eu quero convidar aqui para a Mesa um parceiro que tem muitas chances de ajudar a gente resolver esse impasse neste momento, o Deputado Joe Valle, Presidente da Câmara Legislativa. Venha para cá, Deputado Joe Valle, pega esse fardo junto com a gente.

Karla, continua com a palavra.

SRA. KARLA VALADARES – Então dia 11 nós não temos condições. Não é picuinha, não é nada. Vocês têm que entender que dia 11 a gente não vai mais ter dinheiro para dar comida para essas crianças. Nós já não temos. A Hellen colocou aqui bem: os nossos funcionários estão pagando os próprios vales-transportes. Eu faço a pergunta: onde está o dinheiro repassado do Federal? Por que esse dinheiro não pode ser repassado imediatamente? Ah, no dia 11, vai nos dar uma solução? Não é uma ameaça, é a realidade. Vocês estão todos aqui. Eu não sou sozinha. Vocês aguentam

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	08	2017	15h14min	76ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	34

ficar com porta aberta até o dia 11? Não tem condições. É isso o que vocês têm que começar a entender um pouco.

Esse dinheiro, segundo o marco regulatório, deveria ter sido passado dia 5 de agosto. E, se houve problema dentro da Secretaria de Educação, não conseguiram desde maio resolver esse problema, as crianças não podem ser penalizadas. Infelizmente o que vai acontecer é isso. Nós não temos condições de esperar até o dia 11. Nós precisamos que esse assunto seja resolvido hoje, esse assunto que era para ter sido resolvido dia 9 de agosto, Fernando. Entenda o nosso desespero. Eu não aguento ver mãe desesperada, cobrador na minha porta, fruteiro falando que não vai fornecer mais fruta, porque eu não pago. É o que a Deputada Federal Erika Kokay falou: enxerguem um pouco as nossas crianças como crianças. Não dá para esperar até o dia 11, não somos empresas com fins lucrativos, não temos de onde tirar.

Inclusive, estamos sendo proibidos pela própria Secretaria – esquecemos de falar isso – de fazer almoço, bazar. A gente busca fazer uma galinhada para poder pagar salário, chegam lá as executoras e dizem que não podemos fazer, não. A gente vai atrás de solução. O que nós estamos trazendo aqui hoje, levamos ontem para o Secretário, com a promessa de que esses recursos iriam sair o mais rápido possível. Não deram data. Eu estava nessa reunião, e foi dito: vou tentar pagar até o dia 15.

A gente não dá conta. O que vai acontecer é que vocês vão nos quebrar, todos. Nós vamos pagar multa por causa de folha, porque nem todas as entidades têm condições de pagar uma folha. Eu tenho certeza que muitas hoje não pagaram a folha. O SIMPROEP – Sindicato dos Professores das Entidades de Ensino Particular, que não teve a pachorra de vir aqui, será o primeiro a bater amanhã na nossa porta e falar: multa por atraso.

Eu sei da boa vontade do Professor Júlio. Então, chamem o Papa. Mandem o Papa vender a veste dele e dar o dinheiro para as creches. Mas até o dia 11, a gente não dá conta.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Karla Valadares. Já fiz uma proposta ao Deputado Joe Valle, para que a gente possa assumir essa situação enquanto Câmara Legislativa, dada a premência do assunto, que é importantíssimo, e a possibilidade de solução a vocês, porque não tem falência, é dissolver.

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle, para que nós possamos assumir um compromisso de irmos com vocês ao Governador Rodrigo Rollemberg e sairmos de lá com isso resolvido.

DEPUTADO JOE VALLE – Boa tarde a todos e a todas. A gente vem aqui cansado. Não aguentamos mais esse processo, entendendo que nós vivemos um momento de muita crise – é verdadeiro – no Brasil e no Distrito Federal. Eu quero aqui felicitar o Deputado Chico Vigilante, que é o Deputado dessas causas. Ele vai, ele traz, é combativo, e nós vamos fazer.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	08	2017	15h14min	76ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	35

Com isso, Deputado Chico Vigilante, eu me comprometo contigo de marcarmos com o Governador, para que ele nos receba amanhã. Eu gostaria de ver um horário com vocês, claro, os principais interessados. Como a gente acha solução para isso? É abrindo o diálogo, não tem outra saída. É extremamente necessário. As instituições são parte fundamental desse processo, porque o governo não consegue, não dá conta de fazer isso. Então, é fundamental.

Custa muito menos do que a máquina, está comprovado para todos nós. Temos que trabalhar isso dentro de um fluxo de caixa. Quando eu fui Secretário, fui manter um fluxo de caixa com o Secretário de Fazenda, e aí passou a pagar em dia, porque tem planejamento de fluxo de caixa.

As nossas crianças têm que ser prioridade – ouçam esta palavra: tem que ser prioridade – para o governo. As crianças têm que ser prioridade, está certo? Não tem outra saída de sobrevivência das cidades, se não houver prioridade para as crianças. Se não se investir nas crianças, não teremos nenhum futuro. Então, nós queremos estar junto com vocês. Estaremos junto com vocês, estamos junto com vocês, e vamos pedir essa audiência com o Governador, porque eu tenho certeza absoluta – não quero dizer antes de ouvir – de que o Governador tem a maior vontade de pagar as instituições, e a gente vai achar um jeito juntos.

Não é possível que um Governador não queira pagar, não é uma questão de querer. É uma questão de achar jeito de priorizar. Hoje, Deputado Chico Vigilante, nós teremos aqui à noite, às 19h, um diálogo inspirador sobre educação. Estará aqui o Subsecretário de Planejamento, que é quem cuida dessa área na Secretaria de Educação. Ele se chama Fábio.

A gente vai dar uma apertada nele aqui hoje à noite. Hoje! Não é amanhã. Amanhã vamos buscar uma conversa direta com o Governador. Tirem uma comissão, vejam quais instituições vão, e quem vai das instituições, porque amanhã vamos buscar, ao longo do dia, um horário em que ele possa nos receber. Peço que deixem suas agendas liberadas para acharmos um horário, Deputado Chico Vigilante. Na hora em que ele puder, nós iremos lá. Contem conosco. A Câmara é o lugar para vocês virem buscar uma resposta. Mesmo que a resposta seja “não”, estamos aqui para acolher vocês.

Um grande abraço, Deputado Chico Vigilante. Parabéns mais uma vez, e tudo de bom.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Presidente Deputado Joe Valle.

O Deputado Julio Cesar está presente. Gostaríamos de ouvir a saudação de S.Exa. e, naturalmente, o seu compromisso com as crianças de Brasília, estando conosco nessa frente em defesa do pagamento e da assinatura do contrato.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	08	2017	15h14min	76ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	36

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente desta comissão geral, é um prazer estar aqui. Eu o parabenezo pela sensibilidade em tentar resolver esse problema que as creches de Brasília estão enfrentando. Só uma dúvida: esse pagamento é referente ao novo contrato? É o primeiro mês? É isso? Só para me pontuar. Ou são de meses atrás?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Julio Cesar, o novo contrato não foi assinado ainda. Seria do novo contrato.

DEPUTADO JULIO CESAR – Já seria do novo contrato.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – É a prestação do serviço do mês de agosto.

DEPUTADO JULIO CESAR – Qual a previsão da Secretaria de pagar?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Na verdade, a Secretaria não tem uma previsão ainda.

DEPUTADO JULIO CESAR – Não tem previsão?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Isso depende da Fazenda. Por isso queremos ir a quem manda nos dois, para ver se...

DEPUTADO JULIO CESAR – Nós temos um valor hoje. Qual é o valor? Qual montante estão devendo hoje, Fernando?

(Intervenção fora do microfone)

DEPUTADO JULIO CESAR – São 26 milhões. É isso?

SR. FERNANDO ANTONIO MEDEIROS DE CAMPOS RIBEIRO – É o montante regular mensal. É o pagamento desse primeiro mês de funcionamento. Conclua, Deputado.

DEPUTADO JULIO CESAR – Eu só gostaria de saber, para me posicionar. Acho que é uma situação muito complicada. Qual ânimo as professoras e as pessoas que ali trabalham terão para cuidar das crianças, sabendo que não receberam? Então, faço um apelo ao Fernando. É uma pena que o Secretário não esteja presente. É sempre bom ter o Secretário – não desmerecendo o Fernando –, porque muitas vezes temos que ficar ligando para o Secretário, perguntando: Secretário, como vai ser? É importante que ele esteja presente.

Faço minhas as palavras do Deputado Joe Valle. Se marcarem a audiência com o Governador... inclusive estive com ele lá agora. Eu não sabia, poderia ter falado. Amanhã eu já tenho uma audiência marcada com ele no período da tarde, e também faço questão de falar com ele. Não só isso. Vou sair agora e ligar para o Wilson, porque a questão financeira é com o Secretário de Fazenda. O Fernando disse que a previsão é dia 13, mas pelo jeito não é certeza absoluta, então não dá nem para termos essa data.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	08	2017	15h14min	76ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	37

SR. FERNANDO ANTONIO MEDEIROS DE CAMPOS RIBEIRO – Não foi isso exatamente o que eu disse, Deputado.

DEPUTADO JULIO CESAR – Mas dia 13 é muito extenso.

Aqui eu faço um apelo, Deputado Chico Vigilante. Nós temos um projeto na Casa sobre a questão da previdência. Conforme foi dito, são 170 milhões que o governo vai injetar no seu caixa, se aprovamos esse projeto na terça-feira. Acho que realmente o papel dos Deputados é fazer comissões como esta e cobrar do governo, mas também acho que cabe a nós Deputados termos consciência de que projetos como esse vão dar condições para o governo quitar suas dívidas, porque vejamos: 170 milhões entrando no nosso caixa, com certeza isso dá para pagar creche e outras coisas que o governo está devendo.

Fica o apelo, para que terça-feira possamos realmente aprovar isso. Estou disposto a aprovar esse projeto, porque com certeza, de 170 milhões dá para separar 30 milhões, e efetivamente pagar em ato contínuo esse valor da Educação. Mas a Educação também tem que buscar meios, porque no momento em que autorizou as creches a entrarem e fazerem o trabalho, sabia da obrigação. Nós também não podemos deixar que essa situação ocorra. Então, eu me solidarizo.

Parabéns, Deputado Chico Vigilante. Pode contar também com meu apoio incondicional, mas fica aqui o meu apelo para que os Deputados também nos ajudem. Muitas vezes, só cobramos ônus, mas também precisamos ver de onde vem o bônus, para podermos repassar. Pode contar com meu apoio. Eu estou ligando agora para o Secretário Wilson para cobrar também e ajudar vocês de todas as creches.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Deputado Julio Cesar.

Deputado Julio Cesar, há um detalhe interessante: o caixa do governo neste mês não está archoado. Houve uma luta de todos nós, e o Governo Federal pagou parte de uma dívida e repassou 361 milhões, que engordaram o caixa do Governo do Distrito Federal. Portanto, neste mês, o Governo do Distrito Federal tem dinheiro para pagar os servidores sem parcelamento, tem dinheiro para pagar os fornecedores e os prestadores de serviço.

E vocês são prestadores de serviço, com uma diferença: os outros prestadores visam lucro; e vocês, o lucro social. É diferente. Por isso, têm que ser melhor tratados.

Concedo a palavra ao Sr. Fernando Antônio Medeiros de Campos Ribeiro para concluir.

SR. FERNANDO ANTÔNIO MEDEIROS DE CAMPOS RIBEIRO – São duas observações. A primeira é sobre um ponto retomando aquela sequência orçamentária para a área do ensino fundamental, da pré-escola, que o Deputado relatou. Vocês podem ter observado que, de um constante entre 2014 e 2015, em 2016, houve um recuo de 10 milhões. Nesse mesmo ano, em 2016, a nossa previsão e proposta

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	08	2017	15h14min	76ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	38

orçamentária de necessidade para transporte escolar era da ordem de 190 milhões. Nós tivemos autorizados no nosso orçamento, para trabalharmos no ano de 2016, 70 milhões de reais. Então...

(Intervenção fora do microfone.)

SR. FERNANDO ANTÔNIO MEDEIROS DE CAMPOS RIBEIRO – É absurdo, sim, só que eu estou querendo dizer que a realidade dos fatos foi e é essa. E, quando se chega à questão da definição do orçamento, de sua aplicação e da gestão da liberação dos recursos, isso depende de caixa, e o comando não é da Secretaria de Educação. Entendam isso. Não é que nós decidimos hoje que nós não queremos gastar 90 milhões. Esse é um ponto.

Segundo ponto: gente, com muito respeito, nós estamos aqui falando de um fato que não aconteceu. Eu disse: Deputado, o senhor está pedindo para a gente ter tudo resolvido até o dia 8; considerando que dia 7 é feriado, vamos esperar até o dia 11. A questão é a seguinte: nós estamos trabalhando para, na semana que vem, isso estar resolvido, mas eu não posso dar data nem de quando vai estar publicado nem de quando vai estar assinado. O que eu posso dizer para vocês é o seguinte: hoje, eu, Fernando, levei uma pilha deste tamanho de contratos, de termos assinados pelo secretário. Essa documentação está toda sendo fechada para publicação. Agora, se vocês não aceitam a informação que estamos dando, de que nós estamos correndo para cumprir a nossa parte...

Outra coisa: a gente não pode ficar no hipotético, mas tudo caminha para esse assunto da mudança da disponibilidade orçamentária em cima do ajuste da legislação do IPREV – Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal vir a trazer caixa. Então, o que é que vai acontecer? A nossa expectativa é que, exatamente na semana que vem, nós tenhamos condições de providenciar isso.

Gente, eu volto a dizer uma coisa: vocês não vão ficar a descoberto no dia 9. Se vocês não acreditam no que eu estou dizendo em nome da secretaria, *ok*, eu, humildemente, aceito a não confiança de vocês. Mas estamos todos aqui discutindo sobre um fato que não aconteceu. Vocês estão dizendo: a bola não vai entrar no gol.

E a última coisa: muito respeitosamente, ontem vocês foram recebidos pelo secretário. No mesmo dia, na sequência, enquanto vocês estavam lá – vocês lembram –, o secretário disse: “Tem um outro grupo daqui que está com o Governador agora”. Tinha outro grupo, que não era o de vocês, de alguns que estão aqui. O secretário saiu da reunião com vocês e foi se reunir com o Governador. Eu quero saber o que é que vai mudar, de ontem para hoje ou amanhã, da conversa que vocês tiveram com o secretário e com o Governador? Porque são as mesmas pessoas com quem vocês vão conversar. Vocês não tiveram acesso a diálogo? Desculpem-me, qual foi o acesso a diálogo que vocês não tiveram? Então, vocês vão ser recebidos pelo Governador da mesma forma que ele recebeu ontem. E o secretário vai estar junto da mesma forma que ele esteve ontem com vocês.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
31	08	2017	15h14min	76ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	
				39	

Neste momento, precisamos ter confiança e aguardar. Agora, vocês são livres, soberanos e adultos. Eu não posso fazer nada. Eu estou aqui representando o meu papel de trazer informação, de representar a Secretaria e de colocar para vocês que eu vim para cá com um comando muito claro: "Fernando, escute tudo, colha todas as informações, traga-as para nós para continuarmos trabalhando e leve a informação que temos."

Então, a realidade é esta, gente: está-se trabalhando duro para, na semana que vem, esse assunto estar resolvido. A gente não pode precisar a data exata, a hora e quando, porque os processos estão em andamento. Ninguém em sã consciência não está considerando com extrema importância essa questão dos prazos, da cobertura dos custos que vocês estão tendo e tudo mais.

Vocês estão tratando com esta gestão neste momento. É a primeira transição que vocês tratam com esta gestão. Eu sei que experiências são experiências. Então, vamos ver. Se, na semana que vem, nada disso se comprovar, eu dei para vocês uma informação inverídica. É como vocês vão considerar. É apenas isso o que estou dizendo.

Só quero voltar a dizer mais uma coisa para fechar a minha fala. Ontem, muitos dos que aqui estão estiveram diante do secretário conversando com ele. Eu não consigo entender qual é a falta de diálogo que houve.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra à Sra. Karla Valadares.

SRA. KARLA VALADARES – Fernando, não houve falta de diálogo. Vamos botar as coisas onde elas têm que estar.

Saímos ontem daquela reunião... Primeiro, eu quero te explicar que quem estava com o Governador não era nenhum de nós, nem do nosso grupo e, sim, a Deputada Luzia de Paula, que sempre também está lutando por nós.

Outra coisa, ontem, quando nós saímos de lá – há aqui várias pessoas que estiveram lá –, o secretário falou que já tinha assinado todos os termos e que já estava com a mão doendo de tanto assinar. Eu vou te fazer uma pergunta prática: o que impediu os termos que foram assinados terem sido enviados para serem publicados hoje? O que impede os 48 processos que eu vi em cima da mesa da assessora Fernanda ainda não terem sido enviados para a GECONV – Gerência de Convênios para chamar a gente para assinar?

Eu não entendo a máquina do Estado, como a secretaria funciona. O que eu entendo é a minha angústia e a angústia dos meus companheiros aqui. O que eu entendo é que vocês falam assim: "A gente vai resolver. Até sexta-feira, estará tudo assinado." E agora sabe o que eu estou ouvindo você falar? Ontem você estava lá comigo e você ouviu que, até sexta-feira, todos nós estaríamos com os termos assinados. Quem foi chamado para assinar hoje? (Pausa.) Ninguém. O Isaiás estava

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	08	2017	15h14min	76ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	40

lá e falou assim: "Vocês vão assinar amanhã, e, até sexta-feira, estará tudo assinado." Eu, ainda na hora – eu não sei se você estava prestando atenção –, falei para a Nely: "E publicado?" "Não, Karla. Não dá tempo de publicar. Na segunda-feira, a gente publica." Aí, hoje a fala, sabe qual é? "Semana que vem. Quem sabe, dia 11."

Não é questão de confiança. Não é falta de diálogo. Eu quero deixar aqui muito claro que o professor Júlio, sempre que solicitamos, atendeu-nos. O que está acontecendo – e vamos dar nome aos bois – é que nós estamos sendo prejudicados por uma questão burocrática, por uma equipe que não está funcionando dentro da secretaria, porque qualquer um que foi assinar lá com a Fernanda viu os nossos processos, os nossos termos todos em cima da mesa dela. Eu estive com ela ontem e eu quero vê-la me desmentir: "Fernanda, posso assinar? Já está aí?" Valdemar queria assinar também. "Não. Eu já estou separando aqui. Vou levar para o secretário assinar, e depois você assina." Aí eu não entendo, Deputado. Por que o secretário tem que assinar antes se há umas dezoito entidades que assinaram? O secretário tinha assinado? Não.

Então, a gente começa a achar que é empurração com barriga. Coloque-se no meu lugar. Quinze entidades vão lá, assinam o termo sem a assinatura do secretário. Eu vou lá e falo: "Eu quero assinar a minha também." "Não, você não pode assinar, porque o secretário tem que assinar." Aí eu sento com o secretário, e o secretário fala: "Estou com a mão doendo, porque eu já assinei inclusive os contratos." Aí eu vou até a Fernanda e falo: "Fernanda, eu posso assinar?" "Não, porque isso eu ainda vou mandar para o secretário, para o subsecretário, para depois o subsecretário mandar para o Isaías para o Isaías te chamar." Vem cá, nossas crianças vão morrer na praia por causa de uma "burrocracia"? O que é? Eu quero entender por que os que estão assinados já não foram publicados. Eu quero entender. É falta de pessoal? Não é, Fernando. Você me desculpa. Uma comissão que está lá só por conta desses termos. Um edital que saiu só em maio. Pelo amor de Deus! Você vem falar em confiança para a gente? A gente não desconfia, não. É aquilo que eu falei antes, nós somos é gatos escaldados. Nós estamos cansados.

E a questão principal, realmente, é que ninguém nos deu nenhuma luz. E é o motivo pelo qual nós vamos, sim, se o Deputado Chico Vigilante nos levar, ao Governador. A gente vai ao Governador, a gente vai ao Papa, a gente vai ao Presidente da República, a gente vai a quem tiver que ir, porque a gente precisa, mais que tudo, é de dinheiro para pagar os funcionários e para colocar comida na mesa das crianças. Nós não queremos paralisar.

E vou falar mais uma coisa: é muito cômodo quando, inclusive, ouvimos da própria secretaria que o melhor que a gente faz é fechar, Fernando. Eu não tenho papas na língua, mas vou dizer: é muito preocupante e difícil de confiar quando ouvimos dos próprios funcionários da Secretaria de Educação que nós temos mais é que fechar, mesmo. Porque aí dá tempo de a gente resolver. E você deve saber muito bem de quem estou falando.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	08	2017	15h14min	76ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	41

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pessoal, o Deputado Joe Valle assumiu o compromisso de pedir, em nome da Presidência da Câmara Legislativa, uma audiência com o Governador do Distrito Federal, em que citaremos os fatos do jeito que eles são. Até porque, Fernando, tem algumas coisas que não foram cumpridas e eu gostaria que você as levasse ao secretário.

Foi assumido aqui, em uma comissão geral que agora fez um ano e que começou a discutir a questão dos contratos, que eles seriam ouvidos. Pelo visto, foram ouvidos por ouvidos moucos. Você fala, mas não compreendem a nossa língua. Porque ouvir não é só escutar. É ouvir, entender, compreender e traduzir o que a gente diz.

Tem uma série de questões que foram colocadas e que poderiam perfeitamente estar atendidas no novo contrato, hoje. Isso os tiraria da situação em que vivem. Eu estou cansado de visitar creches e, quando chega o pessoal da fiscalização, tem umas que são até simpáticas; outras tem um negócio até meio policialesco. Não gostei do que vi, porque ninguém está tratando com marginais, gente! Aquelas creches não são presídios. Esses dirigentes que estão aí e que não têm lucros, esses servidores também que não ganham salários exorbitantes... e, aí, mês a mês... eu não vou citar nomes, mas cheguei a uma creche no dia 20 e eles ainda não haviam recebido o pagamento. Até brinquei com o dirigente de lá: "Bicho, se fosse na área de vigilância, ela já estaria parada. Se fosse terceirizada, de limpeza, nós já teríamos parado." Mas é que os servidores das creches são diferentes.

Sou sindicalista, mas eu já disse que o pessoal do sindicato das escolas tem que tratar vocês de maneira diferente também, porque vocês não visam a lucros, não podem ser tratados da mesma maneira como é tratado o Tiradentes. Eu vou falar do meu vizinho lá do P Sul. Não é a mesma coisa. E aí, vai pagar do bolso? O tratamento que o Ministério Público dá a vocês... porque a generalização é a pior coisa que existe. É muito fácil ficar ali dentro de uma sala daquele Ministério Público recebendo salários federais, com ar condicionado à vontade e tudo e botando regras. Tem muita gente que não diz isso, mas eu tenho coragem de dizer. Tratar dirigentes de instituições sociais como se fossem pilantras. Aí, se pegar um faltoso, muitas vezes até por desinformação – não foi dito à pessoa como faria direito; a pessoa fez achando que estava certo –, é escândalo! Muitas vezes, antes de se apurar, já colocam nos jornais e liquidam a imagem da pessoa. Agora, as milhares de crianças que vocês atendem bem nunca recebem aplausos por isso. Não é?

Concedo a palavra ao Valdemar, por um minuto.

SR. VALDEMAR MARTINS – Fernando, não é querer confortar você. Quando você chamar para uma relação de confiança, eu queria que você refletisse. O que você acha que está acontecendo desde o dia 9 de agosto até agora? Não é uma relação de confiança?

Nós não assinamos nada, e a secretaria encaminhou as crianças para nós atendermos. Nós estamos atendendo sem um documento, sem garantia. Sem

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
31	08	2017	15h14min	76ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	
				42	

garantia, não. É exatamente o que você está dizendo: eu estou acreditando na palavra da autoridade pública, que diz que vai pagar. Eu comecei a funcionar como todos aqui começaram a atender.

Inclusive, eu recebi uma instituição que não tinha colchão, não tinha tatame e eu estou tendo que comprar. Sabe com o quê? Eu vou procurar você depois. Estou fazendo um almoço e o convite é R\$30,00 (trinta reais). Vou procurá-lo, para você comprar um convite para sua família, porque vai me ajudar a pagar o colchão e essas coisas.

Isso tudo, Fernando, não é confiança no Estado? Eu acho que não precisa mais demonstração do que você atender de graça, quase quarenta dias. Aí vem essa discussão se é dia 11 ou semana que vem. Talvez até, realmente, pelo tamanho da discussão que está aqui agora, o prazo em que vocês estão falando que vão pagar nem compense. Conversa-se com o Governador amanhã e já se resolve.

Então, nesse aspecto de confiança, acho que o Estado não tem o que reclamar de qualquer instituição que está aqui, porque todas estão abertas, todas estão atendendo, sem dinheiro para pagar os funcionários.

A Hellen está dizendo que os funcionários dela são muito dedicados, que pagam do bolso, mas tem criança recebendo a comida porque o vizinho está nos dando arroz e feijão.

Então, o Estado não pode reclamar das instituições, mas da sociedade como um todo, que está complementando essa renda insuficiente que nos é repassada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Antes de encerrar, quero convidar todos para uma palestra, amanhã, sobre a conjuntura política e os ataques à educação. Será proferida pelo professor, ex-Senador da República e ex-Ministro da Educação Aloízio Mercadante, às 19h, no Auditório do Sindicato dos Professores.

Quero agradecer aos colaboradores desta comissão: os funcionários do meu gabinete; o pessoal do Cerimonial, o Kennedy e a Verônica; o pessoal do som, o Marinho, que está lá dentro; o pessoal da Copa, a Francisca, que trouxe o cafezinho aqui, o pessoal da Polícia Legislativa e os brigadistas e as brigadistas que estão aqui.

Amanhã vou ficar o dia todo em contato com o Deputado Joe Valle, que vai pedir uma audiência em nome da Mesa Diretora. Na hora em que sair, a gente avisa vocês. Eu também vou deixar a minha agenda aberta. Na hora em que o Governador marcar, iremos até lá. Caso não marque, continuaremos nesse enfrentamento.

Agora acho que seria interessante, Roberto, a gente não deixar para tão longe outra audiência. Talvez seja interessante a gente criar o hábito de, toda vez em que vocês acharem necessário, chamar as autoridades aqui e dialogar francamente, com o respeito que tivemos hoje. A reunião foi altamente respeitosa, com pessoas realmente educadas, para que possamos encontrar uma solução para os problemas.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	08	2017	15h14min	76ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	43

Esse é o papel do Poder Legislativo, já que nós somos um poder aberto, mas muito dinâmico.

Portanto, nós queremos temas que vocês achem interessantes. Vamos pauta-los, chamar a Secretaria da Educação, mas também a da Fazenda e a do Planejamento, porque não adianta a Educação ter boa vontade se não saiu o cascalho, que é o mais importante. Sempre que vocês quiserem, é só nos procurarem que vamos marcar.

Quero agradecer ao pessoal da *TV Distrital* que agora está transmitindo ao vivo. Ainda é tímido porque é TV WEB - espero um dia termos uma TV aberta -, mas já é um avanço.

Eu gostaria de agradecer a presença dos Parlamentares, das autoridades do governo e de vocês convidados, que foram as presenças mais importantes.

Assim, declaro encerrada esta comissão geral, bem como a sessão ordinária que a originou. Muito obrigado a todas e a todos. Que Deus abençoe a todos nós no caminho das nossas casas.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h11min.)